

Título do trabalho: Notas sobre a demografia das populações escravas da América

Área Temática: História Econômica e Demografia Histórica

Autor: Roberto Borges Martins

Filiação institucional: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG

Resumo: Examinamos as relações entre tráfico e reprodução natural dos escravos, atitudes da classe senhorial com relação à procriação dos plantéis, e alguns condicionantes estruturais dessa reprodução. Procuro identificar padrões comuns a todos os sistemas escravistas, sem considerar suas especificidades, demonstrando que eles podem ser determinantes do crescimento endógeno. Faço apenas considerações teórico-históricas; o artigo não inclui análise de dados demográficos. Ofereço ao debate as seguintes conclusões: a) Enquanto existiu o tráfico, os senhores de escravos das Américas, com exceção dos Estados Unidos, jamais desejaram a reprodução interna dos seus plantéis, e b) Se a tivessem desejado não teriam tido sucesso.

Palavras-chave: Escravidão, tráfico, reprodução, pronatalismo.

Este artigo é parte de um estudo mais amplo, em andamento, sobre a demografia das populações escravas. Aqui examinamos as relações entre o tráfico e a reprodução natural dos escravos, as atitudes da classe senhorial com relação à procriação de seus plantéis, e alguns condicionantes estruturais dessa reprodução. Procuramos identificar padrões demográficos gerais, comuns a todos os sistemas escravistas, sem considerar suas especificidades. Essas particularidades são relevantes, mas procuro demonstrar que elas coexistem com padrões gerais que podem ser determinantes do crescimento endógeno. Faço apenas considerações teórico-históricas; a análise de dados demográficos pertence a outra parte do projeto. Ofereço ao debate as seguintes conclusões: a) Enquanto existiu o tráfico, os senhores de escravos das Américas, com exceção dos Estados Unidos, jamais desejaram ou tentaram a reprodução interna dos seus plantéis, e b) Se a tivessem desejado não teriam tido sucesso.

A tragédia demográfica da escravidão moderna. Do início do século XVI até depois da metade do século XIX, mais de doze milhões de pessoas foram sequestradas na África e transportadas para as Américas como escravos, para trabalhar na produção de açúcar, algodão, café, fumo, cacau, ouro, diamantes, e numa infinidade de outras atividades e produtos, destinados tanto aos mercados internacionais quanto aos mercados internos das colônias e países que os receberam. Esse movimento, que ficou conhecido como tráfico atlântico, foi a maior migração forçada da história.

“O tráfico transatlântico de escravos foi o maior movimento forçado de longa distância de pessoas na história e, até o meado do século XIX, constituiu a maior fonte demográfica para o repovoamento das Américas depois do colapso da população ameríndia. No total, até 1820, cerca de quatro africanos tinham cruzado o Atlântico para cada europeu que o fizera”. (Eltis, 2010)

Apesar de seu grande volume, essa multidão de escravos não encontrou, diferentemente de outros grupos de migrantes (constituídos por europeus livres, por *convict laborers*, por *engagés* e por *indentured servants*), condições que lhe permitissem se reproduzir e se multiplicar no Novo Mundo.

Em nenhum lugar da América, com a única exceção do Estados Unidos, as populações escravas conseguiram auto-sustentar-se, e muito menos crescer, enquanto a colônia ou país em que viviam permaneceu engajada no tráfico atlântico. Em todas elas, por razões que serão examinadas no devido tempo, as mortes superavam os nascimentos, gerando crescimento natural negativo. Para se manterem estáveis ou se expandirem, todas precisaram receber contínuas injeções de novos africanos importados através do tráfico. Com raras exceções, essa situação persistiu mesmo depois de encerrada a participação no tráfico, e as taxas de crescimento natural permaneceram negativas até a abolição final da escravidão. Um exercício simples pode dar uma ideia do genocídio causado pela escravidão na América.

¹ Professor aposentado do Departamento de Economia da UFMG e Diretor Científico do ICAM – Instituto Cultural Amilcar Martins. As traduções usadas neste artigo são de minha autoria.

Tragédia demográfica da escravidão moderna

País ou colônia	Escravos importados ¹ (A)	% do total do tráfico atlântico ²	População escrava no fim do tráfico (B)	Ano	População escrava na abolição final (C)	Ano	B / A (%)	C / B (%)
Estados Unidos	388.743	3,6	1.191.362	1810	3.953.760	1860	306	332
Saint Domingue	773.543	7,2	434.429	1789	434.429	1789	56	100
Martinica	216.911	2,0	80.800	1816	67.447	1848	37	83
Cuba	778.541	7,3	370.553	1861	363.288	1869	48	98
Jamaica	1.019.596	9,5	348.825	1807	311.070	1834	34	89
Barbados	493.162	4,6	75.000	1807	83.150	1834	15	111
Caribe ³	805.493	7,5	352.280	1807	270.750	1834	44	77
Brasil	4.864.376	45,5	1.663.099	1854	1.545.880	1872	34	93

- (1) Inclui somente os importados através do tráfico atlântico. Não inclui os fluxos regionais ou intercoloniais.
- (2) O total dos escravos africanos desembarcados no destino final entre 1501 e 1866 é estimado em 10.702.656 indivíduos. Desse total, 1.362.291 (12,7%) desembarcaram em destinos não incluídos na tabela acima. O tráfico para Cuba foi abolido em 1864-66, mas ocorreram desembarques até 1867. Isso explica a proximidade dos números de 1861 e 1869. Em Saint Domingue o tráfico foi interrompido *circa* 1796 e a abolição final foi em 1804. O ano utilizado, 1789, é o dado disponível mais próximo dos dois eventos. A abolição final em Cuba e no Brasil ocorreu em 1886 e 1888, respectivamente. Veja o texto abaixo para a explicação da utilização dos anos de 1869 e 1872. Agradeço ao staff da Oficina del Historiador de la Ciudad de Habana e à Dra. Elena Alvarez, do INIE (Instituto Nacional de Investigación Económica), pelo fornecimento dos dados sobre Cuba, e pela gentil acolhida em Havana.
- (3) Índias ocidentais britânicas exceto Jamaica e Barbados.

Fontes das populações escravas: Saint Domingue 1789: Hall 1971, p. 144; Cuba 1861: Real Sociedad, s.d.; Cuba 1869: Archivo Nacional de Cuba: 1870; Jamaica, Barbados e Caribe Britânico, 1807 e 1834: Higman 1995, pp. 417-18; Martinica: Elizabeth, 1972, pp. 151,337; Estados Unidos: U. S. Bureau of the Census, pp. 11-12; Brasil 1854: Souza e Silva 1870, pp. 162-63; Brasil 1872: Oliveira Vianna 1922, p. 414 e Marcílio 1974, p. 217. Fonte dos escravos importados: www.slavevoyages.org. The Trans-Atlantic Slave Trade Database 2010.

Em todos os casos utilizamos os dados de população disponíveis mais próximos aos dois eventos (fim do tráfico e abolição da escravidão, respectivamente). Nos Estados Unidos a lei que proibiu o tráfico internacional foi votada e sancionada em 2 de março de 1807, para entrar em vigor em 1º de janeiro de 1808. A escravidão tornou-se ilegal a partir da 13ª. Emenda à Constituição, promulgada em 6 de dezembro de 1865. No Império Britânico, a legislação final abolindo o tráfico foi adotada em 25 de março de 1807. O ato de emancipação dos escravos nas colônias (com pequenas exceções localizadas) foi aprovado pela Câmara dos Comuns em 26 de julho de 1833, para vigorar a partir de 1º de agosto de 1834, quando foi iniciada uma forma de transição, o *apprenticeship system*. A libertação final de todos os escravos só ocorreu em 1838. A colônia francesa de Saint Domingue foi o único lugar na escravidão moderna onde os escravos se libertaram por meio de insurreição e luta armada. A revolta dos escravos, que eclodiu em 1789, causou a interrupção do tráfico por volta de 1796 e pouco depois, sendo vitoriosa, extinguiu o próprio regime escravista, com a independência e a criação da república do Haiti, em 1804. Nas demais colônias francesas, o tráfico foi abolido em 1815, mas ainda prosseguiu por alguns anos, apesar da proibição e das condições estipuladas pelo Tratado de Paris, de 1814. A escravidão foi definitivamente encerrada, depois de algumas reviravoltas, em 1848. Em Cuba, o tráfico foi abolido em 1864-66, porém os desembarques continuaram até 1867. A escravidão só foi completamente extinta em 1886, mas utilizamos o dado referente a 1869, para evitar a inclusão do declínio populacional devido a causas não-demográficas, resultantes da Lei Moret, de 4 de julho de 1870, que libertou os nascituros e os sexagenários. No Brasil, o tráfico internacional foi extinto pela aplicação da lei 851, de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queirós), tendo os últimos desembarques conhecidos ocorrido em 1852, e a

emancipação final foi votada em 13 de maio de 1888. Assim como em Cuba, para excluir os efeitos das leis de 28 de setembro de 1871 (Ventre livre) e de 28 de setembro de 1885 (Sexagenários), usamos o dado do recenseamento de 1872.

A mensagem transmitida por esses dados é muito clara. Ao se encerrarem as importações de africanos, em todos os sistemas escravistas incluídos na tabela, com exceção dos Estados Unidos, a população escrava² era muito menor do que o contingente importado, não atingindo, na maioria dos casos sequer a metade daquele total. Ou seja, em vez de se multiplicarem, como acontece com qualquer população sujeita a condições normais de vida (ou mesmo diante de condições bastante adversas), as populações escravas encolheram, porque sua mortalidade superava seus nascimentos. Mesmo no período transcorrido entre o fim do tráfico e a abolição final da escravidão, elas continuaram caindo em quase todos os lugares³. O mesmo padrão pode ser observado nos pequenos sistemas escravistas não incluídos na tabela acima.

Isso aconteceu nas colônias de todos os países europeus (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda, Dinamarca e Suécia), e nos países que se emanciparam (com a exceção mencionada), independentemente do tipo de colonização, da religião, ou da etnia do colonizador. Não vamos entrar aqui na surrada discussão sobre “aspereza ou brandura” comparativa dos regimes escravistas americanos. Em toda parte, ser escravo na América significava trabalhar no limite superior de suas forças, descansar e comer no limite inferior de suas necessidades, ser submetido a punições violentas, e viver debaixo de restrições de toda ordem e de um stress físico e psicológico permanente. A classe senhorial de cada um dos sistemas escravistas, *sem exceção*, sempre reivindicou para si o título de mais humana e benevolente, mas nunca existiu escravidão branda ou cordial. Especificamente com relação ao Brasil, se alguma coisa singulariza seu sistema escravista são os fatos de ter durado mais que todos os outros, ter importado muitas vezes mais africanos do que todos os outros, e ter sido objetivamente mais genocida do que qualquer outro, apesar de toda a vergonhosa arenga do patético lorde dos Apipucos.

As sociedades escravistas da América tiveram muitas diferenças, no tipo de atividade econômica, nos ambientes naturais em que se instalaram, em seus períodos de apogeu e de declínio, e em vários outros aspectos. Mas tiveram em comum, com a mencionada exceção dos Estados Unidos, a incapacidade de reproduzir suas populações cativas por meio de crescimento natural. Sobre esse ponto há forte consenso entre contemporâneos e historiadores, e vale a pena citar alguns deles.

“A peculiaridade demográfica mais notável do sistema do Atlântico Sul foi seu fracasso em produzir uma população escrava auto-sustentada na América tropical (...) Não é possível estabelecer um número global para o excesso das mortes sobre os nascimentos entre as populações escravas americanas, mas o quadro geral para a América tropical é claro. Comentaristas do século XVIII sobre o tráfico de escravos fizeram estimativas do declínio natural líquido no Caribe variando entre 20 e 50 por mil por ano. Estimativas semelhantes situam a perda populacional entre os escravos brasileiros em 50 por mil por ano no período 1772-1873, e em 30 a 40 por ano no período final da escravidão, 1872-85”. (Curtin 1968, pp. 213-14).

² O objetivo do exercício não é fixar números precisos, mas apenas mostrar os contornos gerais da tragédia demográfica. Não foi feito nenhum ajuste para considerar as manumissões, que ocorreram em todos os sistemas escravistas. Faz parte da tradição historiográfica e cultural do Brasil e de Cuba, a crença de que a manumissão era mais frequente nesses dois sistemas do que nos demais. Mesmo se isso for correto a distorção causada por essas diferenças é desprezível na escala deste exercício. Além disso, no caso brasileiro não houve alforrias em massa até o final do período em foco.

³ Nos Estados Unidos o crescimento natural prosseguiu e se acelerou, e na colônia inglesa de Barbados houve um discreto crescimento positivo, a partir de 1810.

Nas Índias Ocidentais Inglesas e Francesas, na Guiana Holandesa, e no Brasil, a taxa de mortalidade dos escravos era tão alta, e a de natalidade tão baixa, que esses territórios não puderam sustentar seus níveis populacionais sem grandes e contínuas importações de africanos. (Fogel e Engerman 1974, I, pp. 25-26).

“A América devora os pretos. Se a contínua importação os não recrutasse, em breve a raça desapareceria entre nós [Brasil]”. (Taunay 1839, p. 76).

“Desde o ano de 1680, foram introduzidos na colônia [Saint Domingue] mais de oitocentos mil negros; um viveiro tão poderoso deveria ter produzido milhões de escravos; no entanto não existem mais do que 290 mil. Não foram as doenças que enfraqueceram a população de negros a esse ponto: foi a tirania dos senhores, que triunfou sobre os esforços da natureza”. (Auberteuil 1777, II, pp. 62-63).

“Mais séria ainda era a passiva aquiescência no esvaziamento de seus plantéis pelo excesso das mortes sobre os nascimentos. Isso chegava a uma verdadeira dizimação, requerendo a frequente importação de novos recrutas para manter as fileiras completas”. (Phillips 1918, p. 54).

Enquanto puderam preda livremente as populações africanas, os sistemas escravistas da América não precisaram se preocupar com a reprodução dos escravos, e nem mesmo com sua conservação. Longe disso, muitos empresários seguiam, como política padrão de “recursos humanos”, a prática de esgotar seus trabalhadores até a morte, sabendo que sua reposição seria fácil e barata, como atestam depoimentos de contemporâneos e de historiadores da escravidão.

Tratando das colônias inglesas do Caribe, John Stuart Mill escreveu que “por quase dois séculos, muitos milhares de negros foram capturados anualmente, pela força ou pela traição, e transportados para as Índias Ocidentais, para trabalharem até a morte, literalmente até a morte, pois a máxima herdada, o princípio aceito da boa economia, era consumi-los rapidamente e importar mais”. (Mill 1850, p. 26)

Ao visitar a ilha de Cuba, em sua famosa expedição científica pelas Américas Central e do Sul, Alexandre Humboldt anotou que “tinha ouvido discutir friamente se valia mais a pena, para o proprietário, não esgotar demasiadamente seus escravos no trabalho e, conseqüentemente substituí-los com menos frequência, ou extrair deles em poucos anos tudo que fosse possível, tendo de fazer compras mais amiudadas de negros *bozales*”. (Humboldt 1826, pp. 177-78)

Também sobre o Caribe, Eric Williams registrou que “os planters [da Jamaica] afirmavam abertamente que era mais barato fazer o escravo trabalhar até a morte e substituí-lo por outro, do que manter a população pela reprodução”. (Williams 1970, p. 273)

John Elliot Cairnes escreveu, em 1862, que “se [os escravos] forem recrutados internamente, a escravidão só poderá existir se suas necessidades físicas forem satisfeitas. Sem isso ela se extinguirá pela destruição de suas vítimas. Mas, se for estabelecido um tráfico de cativos, essas limitações serão efetivamente removidas (...) As considerações de ordem econômica que, num sistema natural, poderiam garantir ao escravo um tratamento humano por identificar sua preservação com o interesse do senhor, tornam-se razões para arrancar dele o máximo de trabalho, pois se o seu lugar puder ser prontamente preenchido por meio de uma fonte externa, sua duração torna-se menos importante do que sua produtividade, enquanto estiver vivo. Conseqüentemente, a regra nos países importadores é que a maneira mais econômica de administrar escravos é aquela que extrai do gado humano o máximo de esforço que ele for capaz de produzir, no menor espaço de tempo”. (Cairnes 1862, pp. 72-73)

A crueza de tais depoimentos é tão chocante que nós, civilizados do século XXI, gostaríamos de poder rejeitá-los como mera retórica abolicionista, ou talvez como ressentimento de um historiador negro e caribenho. Mas os trechos citados não foram escritos por pessoas vulgares. Eric Williams, mundialmente famoso por seu *Capitalism and Slavery*, foi um dos mais influentes estudiosos da escravidão no século XX. John Stuart Mill foi um brilhante filósofo, economista político e um dos maiores pensadores liberais de todos os tempos. Deixou importante legado sobre lógica, método científico, psicologia, matemática, ciência política e outras áreas do conhecimento. Humboldt foi o mais enciclopédico e, ao mesmo tempo, um dos mais profundos cientistas do oitocentos. Foi importante explorador e naturalista viajante, etnógrafo, antropólogo, físico, geógrafo, geólogo, geofísico, mineralogista, botânico, vulcanólogo e humanista. Cairnes era um destacado economista clássico, professor de economia política na Universidade de Dublin, e professor emérito da mesma disciplina no Queen's College de Londres. Seu *Slave Power*, publicado durante a Guerra Civil Americana, teve forte impacto nos dois lados do Atlântico, e é um dos grandes clássicos de todos os tempos sobre a escravidão.

Não é nada prudente descartar afirmações feitas por um time desse calibre. Mas alguém ainda poderia objetar usando um argumento do qual os escravocratas lançavam mão, em todos os lugares, sempre que eram pressionados pelas campanhas abolicionistas: – Explorar nossos escravos até a morte, diziam, seria um contrassenso, pois estaríamos destruindo nossa propriedade, nossa força de trabalho, e agindo contra nossos próprios interesses. Apesar de sua aparência racional, esse argumento é raso e inteiramente falso, do ponto de vista econômico.

Em muitas combinações de preços relativos e disponibilidades de fatores produtivos, o uso predatório de um ou mais deles é perfeitamente compatível com a busca da eficiência e da maximização do lucro. Um exemplo disso, análogo ao caso em foco, é a utilização da terra. Durante séculos, no Brasil e em várias outras partes do Novo Mundo, a terra foi deliberadamente utilizada de forma destrutiva. Na Europa, diante da escassez desse recurso, valia a pena (na verdade era imperativo) praticar uma agricultura sustentável, incorrendo em custos como adubação, rotação de culturas, pousio e outros, destinados a conservar a produtividade do solo. No Novo Mundo, onde a terra era farta e barata, isso não era bom negócio, sendo mais racional cultivá-la intensivamente, esgotar sua fertilidade, abandoná-la, e seguir adiante, ocupando novos espaços.

No início da colonização da América, a terra era um recurso abundante, e o trabalho era o fator produtivo escasso. A carência de mão de obra começou a ser timidamente enfrentada com a imposição de várias formas de trabalho compulsório sobre as populações nativas e a importação de trabalhadores europeus sob os regimes de *convict labor*, *travail engagé* e *indenture*. Mas à medida em que as colônias foram se voltando para os mercados internacionais e estruturando suas economias em plantations, essas fontes se revelaram totalmente insuficientes. Foi com a reinvenção da escravidão pelos colonizadores, a organização do tráfico atlântico, e a exploração do enorme reservatório africano de pessoas escravizáveis, que essa escassez foi superada e o fator tornou-se disponível e prontamente acessível a qualquer empresário que possuísse os recursos para comprá-lo. O amadurecimento da estrutura do tráfico dos dois lados do oceano, e os avanços na tecnologia de transporte marítimo tornaram o trabalho escravo africano cada vez mais abundante. Sua oferta foi suficientemente elástica para suprir todas as necessidades dos empresários dos diversos setores, incluindo o surgimento brusco de novos focos de demanda, como, por exemplo, a mineração de ouro em Minas Gerais, ou a rápida implantação do açúcar no Caribe.

Da perspectiva do sistema atlântico como um todo, ao longo dos séculos XVII e XVIII nunca houve nenhuma crise de abastecimento de escravos. Só voltou a ocorrer alguma carência de trabalho quando algumas metrópoles européias aboliram o tráfico para suas colônias, no início do século XIX, entre 1802 e 1815. Mas essa escassez atingiu apenas os sistemas coloniais inglês, francês,

holandês e dinamarquês, cujo tráfico foi extinto. A Inglaterra começou nessa época a pressionar a Espanha, Portugal, e depois o Brasil independente, para adotarem as mesmas medidas, mas, apesar de alguns pequenos sucessos, isso só se efetivou depois de 1850. O escravo africano foi, portanto, um recurso abundante para todas as economias do Caribe até o início do século XIX e, para Cuba e o Brasil, até a metade desse século. É perfeitamente plausível que esse recurso fosse usado de maneira predatória, sem nenhuma preocupação com sua conservação.

Não se trata de afirmar que todos os senhores eram homicidas ou sádicos que matavam seus trabalhadores por prazer. Do seu ponto de vista, por mais imoral que pareça hoje, isso era apenas uma questão de racionalidade econômica. A preservação dos escravos e o prolongamento de suas vidas, não era algo gratuito. Significava custos, em termos de menores cargas de trabalho, melhor alimentação, mais atenção à saúde, e melhor tratamento em geral. Muitos senhores consideravam um desperdício gastar dinheiro com esses itens enquanto a fonte africana permanecia aberta. Matar a galinha dos ovos de ouro pode ser uma decisão econômica perfeitamente racional, se se puder comprar outra, novinha em folha, e por bom preço.

Independentemente de se praticar ou não um uso predatório deliberado, em nenhum lugar se conseguiu evitar o declínio da população cativa (com a já mencionada exceção dos Estados Unidos). Nos demais sistemas escravistas da América as taxas de natalidade eram sistematicamente inferiores às taxas de mortalidade, causando, em todos, crescimento natural negativo. Enquanto durou o tráfico atlântico, a reposição e a expansão dessas populações sempre tiveram de ser feitas por meio de novas importações.

Se, diante da facilidade de obtenção de trabalhadores propiciada pelo tráfico africano, os senhores não tinham incentivos para encarar os custos necessários à conservação de seus plantéis, menos interesse ainda tinham em promover seu crescimento natural. Além das dificuldades estruturais que examinaremos adiante, isso envolvia decisões microeconômicas muito mais complexas e arriscadas. É um equívoco pensar que produzir escravos “em casa” era fácil, gratuito, ou mesmo barato.

A microeconomia da produção doméstica de escravos. Do ponto de vista econômico, um escravo pode ser visto como um fluxo de rendimentos cujos valores variam com a idade, ao longo do seu ciclo de vida. Nos primeiros anos esses rendimentos são negativos em termos líquidos (os custos de sua manutenção são maiores do que as receitas obtidas com seu trabalho), tornam-se menos negativos à medida em que o escravo cresce e se torna mais produtivo, até atingirem o equilíbrio (quando sua produção se iguala à sua manutenção). A partir daí o escravo torna-se lucrativo: o valor de seu produto é maior que o custo de sua manutenção, gerando um excedente que é apropriado, no todo ou em parte, pelo senhor. Essa diferença positiva aumenta com a idade até atingir um máximo, e começa a cair com o envelhecimento e a consequente queda na produtividade, podendo voltar a ser negativa, dependendo da longevidade e da condição física do indivíduo. O ciclo produtivo do escravo pode sofrer variações por diversos motivos, que incluem o valor e a evolução do preço dos bens produzidos, o valor e a evolução dos preços dos itens da manutenção, a idade de entrada na força de trabalho, o tipo de ocupação, as habilidades adquiridas, a mobilidade ocupacional, a evolução física do escravo, e vários outros, mas esta descrição retrata, de modo geral, a curva dos rendimentos líquidos, que tem sempre o formato aproximado de um sino.

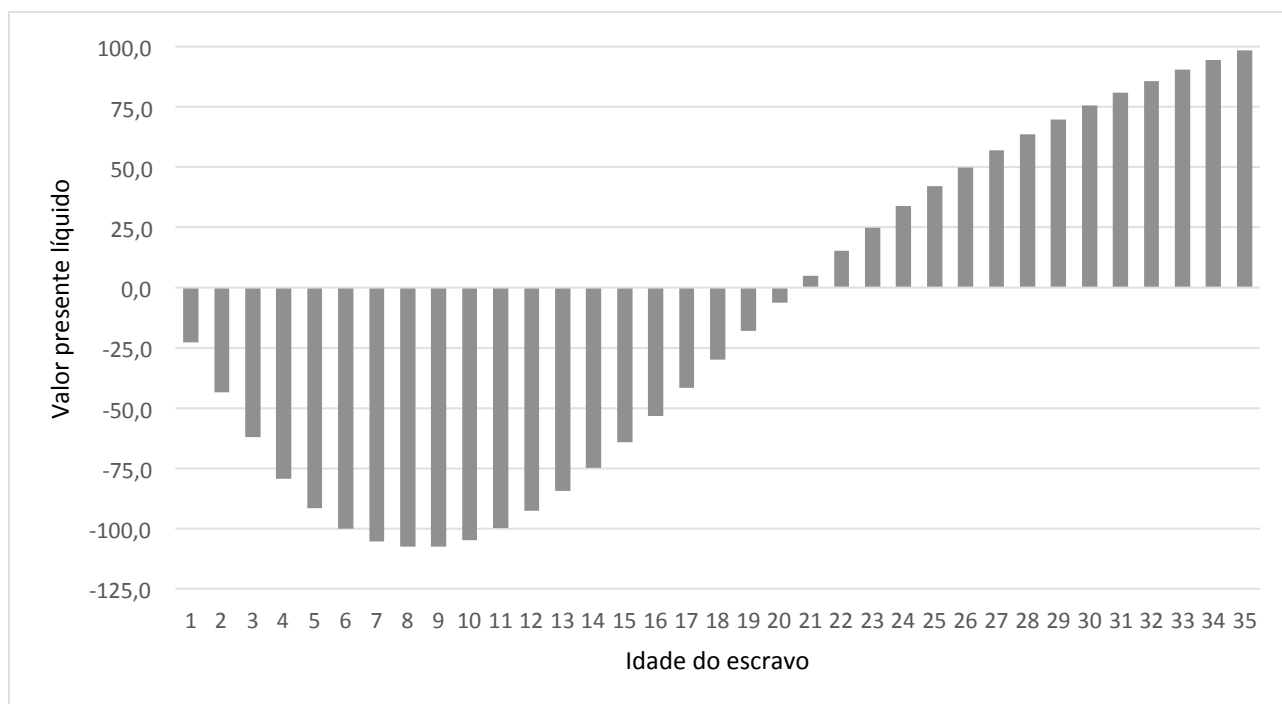
Podemos usar dados levantados por Robert Fogel e seus associados para os estados do *Old South* (Maryland, Virginia, North Carolina, South Carolina e Georgia), para ilustrar como era o ciclo de rendimentos produzidos por um escravo não-especializado (*field hand*) por volta de 1850. Até os quatro anos, as crianças não trabalhavam, gerando rendimentos líquidos negativos, iguais ao custo de sua manutenção, que era de 25 dólares por ano. Nessa idade começavam a fazer pequenos serviços nas casas dos senhores, ou mesmo no campo, em turmas conhecidas como *trash gangs* ou *weeding gangs*, onde cumpriam tarefas “leves”, como arrancar mato das plantações, estercar as plantas ou cuidar de pequenos animais⁴.

Embora já produzissem parte do seu custo, o saldo permanecia negativo até os nove anos, quando atingiam o equilíbrio e seus rendimentos tornavam-se maiores do que sua manutenção. Em torno dos 12 anos começavam a ser promovidos para as *field gangs* de adultos e os rendimentos líquidos continuavam crescendo até atingir um máximo de cerca de 110 dólares por ano, aos 35 anos. Nesse ponto a produtividade começava a cair com a idade mas, segundo Fogel, os cativos que sobreviviam até faixas etárias mais altas ainda eram produtivos, em média, até os 65 ou 70 anos, em ocupações compatíveis com seu vigor físico e/ou capacitação, tais como, vigias, cuidadores de crianças, enfermeiros, cesteiros, hortelões, e muitas outras. (Fogel 1991, pp. 52-55).

No momento nos interessa examinar o ramo inicial da curva de rendimentos. Como foi mencionado acima, até os nove anos o escravo causa uma perda líquida ao proprietário, pois não produz o bastante para pagar por sua própria manutenção. A partir daí ele se torna autossuficiente e ainda gera um excedente que é apropriado pelo senhor. Isso não significa, entretanto, que quando a criança atinge essa idade sua criação já terá “valido a pena”, em termos econômicos, porque ainda falta pagar pelo estoque de déficits acumulados.

⁴ Em todos os regimes escravistas as crianças entravam muito cedo na força de trabalho, e permaneciam nela por toda a vida, enquanto tivessem forças para executar algum tipo de tarefa. Na escravidão não havia direito à infância e nem à aposentadoria. Uma das características mais óbvias desse regime é impor à população escravizada uma taxa de participação muito mais alta do que aquela que seria obtida pelo livre exercício das opções de renda-lazer. Nos Estados Unidos, dois terços da população escrava participavam da força de trabalho, contra apenas um terço da população livre, tanto no Norte quanto no Sul. Outra evidência disso é a redução de cerca de 37% na oferta de horas trabalhadas que se observou na população liberta imediatamente após a abolição em 1865. Nas Índias Ocidentais Britânicas, em todos os lugares onde os ex-escravos tiveram alguma alternativa de subsistência independente, na emancipação também ocorreu grande retração da oferta de trabalho e abandono das plantations. Embora não documentada ou medida com a mesma riqueza, sabe-se com certeza que o mesmo aconteceu no Brasil e em todas as outras sociedades escravistas. (Fogel 1991, p. 52); (Ransom e Sutch 1977, pp. 45-46). Veja também (Martins, 2015), onde enfoco a polêmica entre John Stuart Mill e Thomas Carlyle, gerada pela retração da força de trabalho nas colônias inglesas.

Gráfico 1



Mesmo se postularmos uma taxa de juros igual a zero, esses déficits só serão amortizados se o escravo permanecer vivo e produtivo até os 15 anos. Se os juros forem de 10% ao ano, como pode ser visto no gráfico 1, o investimento feito na criação desse escravo só será amortizado se ele sobreviver e trabalhar até a idade de 20 ou 21 anos. Só a partir de então começará a dar retorno econômico efetivo para seu dono. É claro que quanto mais alto for o nível de juros vigente, mais demorado será o início dessa fase⁵. É importante observar que nesse exemplo simplificado não estão incluídos os rendimentos perdidos com a redução das horas de trabalho e da produtividade das mulheres durante a gestação e depois do parto, no aleitamento e nos cuidados com a criança. A inclusão disso reduziria o valor dos rendimentos líquidos da mãe no período relevante, e adiaría ainda mais a amortização. Isso não é uma elucubração teórica, mas algo que estava sempre *explicitamente* presente nos cálculos dos proprietários.

Como foi mencionado acima, os dados utilizados neste exemplo referem-se aos Estados Unidos. Em outras economias escravistas, como as Índias Ocidentais Britânicas, Cuba, ou o Brasil, vários parâmetros, como o custo da manutenção dos escravos, a entrada na força de trabalho, as ocupações, os valores e a trajetória dos rendimentos, eram certamente diferentes. Da mesma forma, dentro de um sistema escravista grande e diversificado como o Brasil, havia variações entre as

⁵ Utilizamos neste exemplo *uma versão simplificada* dos dados apresentados por Fogel: custo da manutenção constante e igual a 25 dólares por ano, rendimentos líquidos (*net earnings*) anuais negativos e iguais ao custo de manutenção até os 4 anos; igual a zero aos 9 anos; igual a 80 dólares por ano aos 20 anos; igual a 100 dólares por ano aos 30 anos e igual a 110 dólares por ano aos 35 anos. Assumi um crescimento linear em todos os intervalos, porque Fogel não oferece os dados para as idades exatas. A aproximação dos dados estimados à sua curva é bastante precisa. Os dados de Fogel são rendimentos líquidos médios por idade, de um escravo do sexo masculino, no *Old South*, *circa* 1850. (Fogel 1991, pp. 52-55). O investimento feito na criação do escravo só estará amortizado quando seu *valor presente líquido* (VPL) for igual a zero. O valor presente líquido é o somatório do fluxo de rendimentos líquidos (receita produzida menos custo de manutenção) anuais, descontados pela taxa de juros. Nos primeiros anos o VPL é negativo; quando ele se torna zero o investimento estará amortizado, e a partir daí o escravo gerará um retorno econômico positivo para o proprietário que investiu na sua criação.

várias regiões e atividades econômicas. Mas a lógica do processo era rigorosamente a mesma: antes de proporcionar qualquer benefício, a produção doméstica de escravos gerava custos, e só depois de um período relativamente longo é que passava a produzir retorno econômico para os proprietários. Sua criação era portanto um investimento arriscado, de médio ou longo prazo, que podia facilmente se transformar em prejuízo, se seu ciclo de maturação fosse interrompido por qualquer motivo, principalmente, é claro, pela morte do jovem cativo⁶.

Para um *planter* dos Estados Unidos este dilema não era tão excruciante, porque lá as condições demográficas ofereciam boas garantias para o sucesso do investimento. A taxa de mortalidade infantil (óbitos no primeiro ano de vida por mil crianças nascidas vivas) na população escrava, em 1850, era de 198 para os meninos e 168 para as meninas. (Evans 1962, p. 212) Essas taxas são extremamente altas por padrões atuais, mas para colocá-las em perspectiva histórica basta compará-las com as de outras populações do século XIX. Nesse mesmo ano, as taxas da população branca dos Estados Unidos, eram 112 e 95, respectivamente para os sexos masculino e feminino, mas em países como a Alemanha, a Áustria e a Rússia, a mortalidade infantil permaneceu entre 200 e 300 por mil até o final do século. (Corsini e Viazzo 1993)

A esperança de vida ao nascer dos escravos, variável crucial nesta decisão, era excepcionalmente alta, mesmo em comparação com a população livre norte-americana e as de países da Europa Ocidental na mesma época.

Esperança de vida ao nascer, em anos, *circa* 1850

População	Período	Anos
Estados Unidos (escravos)	1850	35,5
Estados Unidos (brancos)	1850	40,4
Noruega	1846-65	44,9
Holanda	1850-59	36,4
Inglaterra e País de Gales	1838-54	39,9
França	1861-65	39,1

Fonte: Evans 1962, p. 213.

Nas Antilhas ou no Brasil a situação era inteiramente diferente. No Caribe Britânico, nos anos seguintes a 1817, em British Honduras e nas minúsculas Ilhas Cayman, Anguilla e Barbuda a TMI dos escravos do sexo masculino se situava entre 240 e 270. Na Jamaica, que tinha a maior população cativa, a taxa era de 298, e em todas as outras quinze colônias era superior a 300 por mil, variando de 331 em Dominica, até quase 600 nas demais. Essas taxas se referem a um período no qual já estava em operação a política de *amelioration*, e podem nos dar uma ideia de como seria a mortalidade infantil dos escravos nos séculos XVII e XVIII. (Higman 1995, p. 319). A mortalidade infantil das meninas escravas se situava entre 82 e 84% da dos meninos.

Um estudo minucioso feito por um especialista em nutrição e doenças dos cativos de todo o Caribe, revela um quadro ainda mais dramático. Segundo Kenneth Kiple, “cerca de metade de todos os

⁶ Negar aos antigos ou aos rústicos a capacidade de raciocínio ou de cálculo econômico é um erro crasso que o historiador não pode cometer. Comerciantes e empresários eram perfeitamente capazes de calcular seus interesses, seus custos, seus lucros, taxas de juros e os riscos de seus investimentos, milhares de anos antes da invenção do cálculo diferencial ou da programação linear. Às vezes o uso de modelos cliométricos ou de fórmulas complicadas de matemática financeira podem obscurecer essa verdade basilar.

escravos nascidos nas Antilhas não sobreviviam além do primeiro ano de idade, e muitos outros morriam na primeira infância, sendo a hipocalcemia [tetany], o beriberi infantil [deficiência de vitamina B1 ou tiamina] e a desnutrição protéico-energética [Kwashiorokor], os maiores assassinos”. Muitas crianças negras também morriam antes dos cinco anos em consequência de anemia falciforme, além de dezenas de outras causas⁷. (Kiple 1984, pp. 134, 148)

No *Vademecum de los Hacendados Cubanos*, um famoso tratado de medicina para os escravos, escrito em 1831, o Dr. Chateausalins afirmava que que em Cuba, apenas o tétano, “ó pasmo de los recién nascidos, llamado vulgarmente mal de los siete dias”, enterrava metade dos *negritos*. (Chateausalins 1831, p. 76) Mais adiante, na página 87, o autor diz que o tétano puerperal matava, “sin la minima exageración”, a terça parte da raça negra em Cuba). O Dr. Collins, médico e *planter* com vinte anos de experiência na ilha de St. Vincent, diz que nunca soube de um caso de tétano (locked jaw) em recém-nascidos que não fosse fatal⁸. (Collins 1803, pp. 362-63)

A única estimativa moderna que conheço sobre a mortalidade infantil dos escravos brasileiros, é restrita a apenas duas freguesias fluminenses, Sacra Família do Tinguá e Conceição de Vassouras. As autoras do estudo calcularam a taxa em 350 por mil, no período de 1821 a 1868. Em outro local do trabalho registram que, entre 1851 e 1867, puderam verificar “grande mortalidade infantil”, “grande incidência de mortes de recém-nascidos” e que em alguns anos o número de mortos do grupo de 0 a 4 anos chega a 45% do total. (Falci e Almeida 2004)⁹

Um observador contemporâneo da escravidão, o deputado mineiro Cristiano Ottoni, colocava essa taxa em 700 por mil em 1871, às vésperas da votação da lei do Ventre livre, e em 950 por mil enquanto estava aberto o tráfico africano. Ottoni era um engenheiro altamente qualificado, e certamente sabia fazer as contas, mas não tinha dados de população fidedignos à sua disposição, o que prejudica a exatidão de seus cálculos¹⁰. (Ottoni 1871, pp. 66-68) Seus números talvez sejam muito altos, mas o fato de que até o final do século XIX mais de um terço das crianças brasileiras *livres* morria antes de completar um ano, nos fornece um patamar mínimo para a mortalidade das crianças escravas nesse período, e sugere que a taxa deveria ser ainda maior em épocas anteriores. Além disso, apesar de nascerem e viverem seus primeiros anos em ambientes nosológicos ligeiramente diferentes daqueles do Caribe, as crianças escravas brasileiras certamente sofriam as mesmas deficiências nutricionais e avitaminoses que matavam as caribenhas, porque essas deficiências não são relacionadas ao ambiente, e sim à sua própria alimentação e às carências nutricionais de suas mães. Mesmo não podendo cravar taxas exatas, os contemporâneos da

⁷ O texto exato em inglês é *did not survive infancy and early childhood*. A tradução acima se deve ao fato de não haver em português palavras para diferenciar *infancy* de *childhood*. A hipocalcemia (*tetany*) é um distúrbio metabólico (deficiência de cálcio) e não deve ser confundida com o tétano (*tetanus*), embora o tétano neonatal também fosse um grande matador de crianças escravas e livres em toda a América.

⁸ Para prevenir esse mal, Collins prescrevia que o bebê fosse inteiramente mergulhado numa banheira de água fria imediatamente após o parto. No caso de adultos acometidos de tétano, aconselhava que no ferimento que tinha causado a infecção fosse aplicado um cataplasma de bosta de vaca. Não admira que o bom doutor tenha perdido tantos pacientes para o *Clostridium tetani*. (Collins 1803, pp. 457-58).

⁹ O texto é pouco claro e de difícil compreensão em alguns trechos. A definição de taxa de mortalidade infantil não é especificada. É preciso registrar ainda que esses dados são originários de registros paroquiais de sepultamentos e, como as próprias autoras observam, não incluem todos os óbitos das freguesias, pois havia também enterros em cemitérios particulares e nas fazendas. As estatísticas de mortalidade obtidas nesse tipo de fonte *sempre* contêm subregistros sistemáticos dos óbitos de escravos.

¹⁰ Ottoni era engenheiro, professor de matemática na Escola Politécnica de Engenharia, com vários livros publicados, e é considerado o pai das estradas de ferro do Brasil.

escravidão estavam certamente corretos ao afirmar que a mortalidade infantil na população escrava era pavorosamente alta.

São também escassas as estimativas sobre os padrões de sobrevivência e de mortalidade geral dos escravos brasileiros baseadas em dados confiáveis e calculadas com técnicas demográficas rigorosas. As estimativas contemporâneas e mesmo aquelas encontradas na historiografia mais antiga se baseiam em dados incompletos e deficientes (principalmente as matrículas de escravos posteriores à lei do Ventre Livre e suas atualizações) e métodos bastante grosseiros¹¹.

Devemos a Robert Slenes o estudo pioneiro (e em alguns aspectos “heroico”) sobre essas questões no Brasil. Usando os modelos de mortalidade de Coale e Demeny, Slenes concluiu, em 1976, “que as estatísticas globais de população (...) indicam uma situação de mortalidade extremamente alta entre os escravos brasileiros”. As taxas de mortalidade escrava no Brasil nos anos 1870 eram maiores que as da população livre, maiores que as da população escrava norte-americana, e podem ter sido também mais altas que as dos escravos das colônias inglesas do Caribe. Com base nessas taxas Slenes estimou que a esperança de vida ao nascer de um escravo no Brasil, em 1872, se situava entre 19 e 26 anos. (Slenes 1976, pp. 341-410)

Um ano depois, Pedro Carvalho de Mello estabeleceu, de maneira independente, através da construção de tábuas de sobrevivência segundo o método de Arriaga, o intervalo de 18,3 a 23,4 anos, mas esclarece que o limite superior se refere à população livre de cor, e não aos escravos. (Mello 1977, pp. 104-125 e pp. 212-39)¹²

Somos todos gratos a Slenes e a Mello, mas apesar do seu pioneirismo, essas estimativas não podem retratar a dinâmica demográfica da primeira metade do século XIX, e nem, *a fortiori*, aquelas dos séculos XVII e XVIII, quando prevaleciam condições muito mais severas de mortalidade. Por mais bem cuidadas que sejam, ambas usam a distribuição etária do censo do Império, que foi realizado em 1872, muito depois, portanto, de encerrado o tráfico atlântico para o Brasil.

Uma alta proporção de africanos (e principalmente as chegadas constantes de novos carregamentos de boçais, como veremos adiante) tinha impacto negativo sobre a mortalidade da população cativa. Na época do censo, como o tráfico internacional já estava encerrado há mais de vinte anos, o componente africano já era muito reduzido (apenas 9,2% do total), a população escrava já se tornara “fechada”, e todos os africanos sobreviventes já tinham superado, há muito tempo, o período crítico

¹¹ Para comentários e exemplos dessas estimativas de mortalidade e sobrevivência, veja (Mello 1977, pp. 108-15).

¹² Este trabalho foi publicado mais tarde em *Estudos Econômicos* (São Paulo) 13 (1) 1983, pp. 151-79. Assim como Slenes, em virtude das limitações dos dados disponíveis, Mello também foi obrigado a adotar vários pressupostos bastante audaciosos. Em defesa da baliza superior de sua estimativa, argumenta que “a população livre de cor ocupava o status mais baixo da estratificação social dos livres no Brasil, e suas condições de vida, alimentação e saúde não eram muito diferentes daquelas da população escrava”. Reconhece, entretanto, que “os escravos trabalhavam mais intensamente e, portanto, podem ter enfrentado condições mais duras de mortalidade”. Concordo fortemente *com a ressalva*, e insisto que nivelar as condições de vida de livres pobres e de escravos, usando os dados de uns para estimar indicadores dos outros, significa ignorar o cerne da questão, ou seja, a própria escravidão. Ser pobre, por mais profunda que seja a pobreza, é essencialmente diferente de ser escravo.

do *seasoning*, ou adaptação, com sua alta mortalidade¹³. O fator “tráfico” na mortalidade dos escravos já pertencia ao passado.

Além disso, existe evidência de que, exatamente porque a fonte africana tinha sido fechada, alguns proprietários haviam se tornado mais preocupados com a alimentação, a saúde e o bem-estar de seus escravos. Tanto Slenes quanto Mello, outros autores e alguns contemporâneos, relatam exemplos de fazendeiros que passaram a providenciar mais cuidados médicos e melhores dietas, bem como a estimular casamentos e a dedicar maior atenção à gravidez e aos partos das escravas. Tais medidas, obviamente destinadas a incrementar a sobrevivência e promover a reprodução dos plantéis, provavelmente não tiveram, pelo curto espaço de tempo, nenhum impacto sobre a fertilidade, mas certamente reduziram a mortalidade, especialmente a mortalidade infantil, inflando, consequentemente a esperança de vida ao nascer¹⁴.

Há, portanto, várias razões para acreditar que as taxas de mortalidade eram mais altas, e a esperança de vida ao nascer dos escravos era mais baixa, na primeira metade do século XIX, (e mais ainda nos séculos anteriores) do que na época em que foi realizado o recenseamento. O que, aliás, estaria muito mais alinhado com a opinião contemporânea, mesmo considerando suas imprecisões e possíveis exageros. Mesmo para o período pós-tráfico, os limites superiores das duas estimativas da EVN dos escravos (26 e 23,4 anos, de Slenes e Mello, respectivamente) parecem muito altos, sobretudo se comparados com a EVN de 27 anos estimada para o conjunto da população brasileira, para o mesmo ano de 1872, por Eduardo Arriaga. (Arriaga 1968, pp. 29-30) Klein e Luna afirmam que “a esperança média de vida dos escravos nascidos na América Latina se situava *in the low 20s*”, mas não especificam de que país ou região estão falando, nem a data de referência, e nem as fontes dessa estimativa. Apresentam um gráfico e uma tabela com as estimativas de Mello, mas omitem o fato de que elas se referem a 1872, mais de duas décadas depois de encerrado o tráfico internacional. (Klein e Luna 2010, pp. 170-72)

Com taxas altíssimas de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer dificilmente superior a 20 anos, no Brasil e nas colônias do Caribe a reprodução interna dos plantéis era antieconômica e apresentava um risco real de prejuízo. Os contrastes demográficos foram decisivos para determinar diferentes atitudes dos senhores em relação à criação de escravos nos diferentes sistemas escravistas da América.

“A alta idade do break-even também ajuda a explicar porque os planters norte-americanos encorajavam a fertilidade das mulheres escravas, enquanto os proprietários nas outras partes do hemisfério parecem tê-la desencorajado. O cerne da questão é que a criação das crianças só era lucrativa se a esperança de vida dos escravos ao nascer fosse superior à idade do break-even. Nos Estados Unidos a esperança de vida dos cativos superava a idade do break-even por mais de meia década. Mas em colônias como a Jamaica, a evidência disponível sugere que a expectativa de vida se situava abaixo dessa idade em mais de meia década. Consequentemente, durante a maior parte do século XVIII, os senhores de colônias como a Jamaica desencorajavam a formação de famílias e as altas taxas de fertilidade, preferindo comprar escravos adultos na África do que criá-los”. (Fogel e Engerman 1974, pp. 153-56)

¹³ *To season* se traduz como temperar, e nessa acepção tem o sentido de dar têmpera, ou enrijecer.

¹⁴ Todos esses relatos se referem à região cafeeira, principalmente às grandes plantations do planalto paulista e, em menor grau à cafeicultura fluminense, e apenas no final do período escravista. Não há nenhuma evidência de que estas práticas fossem generalizadas, nem que tenham se estendido a outras regiões e outras atividades econômicas.

Os senhores de escravos brasileiros e caribenhos tinham plena consciência desses riscos. Enquanto tiveram acesso à fonte africana permaneceram totalmente refratários à criação de escravos, e apegados ao tráfico para a reposição e ampliação de seus plantéis, suas *gangs* e suas *dotaciones*. Não tinham interesse e nem necessidade de tentar a reprodução natural.

É importante anotar que esta constatação desafia um pressuposto nunca explicitado, mas presente em todos os estudos e debates sobre a reprodução natural, qual seja, a idéia de que os senhores *desejavam* produzir seus próprios escravos. Essa suposição é inteiramente falsa (pelo menos onde e enquanto o tráfico se manteve em operação) e distorce a questão reduzindo-a a uma mera comparação aritmética de taxas de natalidade versus taxas de mortalidade.

A propósito, a maior parte dos historiadores também se esquece de se colocar outra pergunta básica: – E as escravas? Desejavam, ou concordavam em produzir filhos para a escravidão?

De acordo com uma descrição das condições do Brasil no final do século XVII, o clássico livro do jesuíta Antonil, escrito entre 1693 e 1698, e publicado em 1711, muitas vezes era negativa a resposta a essa pergunta: “pelo contrário, algumas escravas procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem”. (Antonil 1711, p. 164)

É também claro o testemunho publicado em 1831, do Doutor Chateausalins, acima mencionado: “É uma coisa muito frequente, entre as negras, temer e detestar o estado de prenhez, até o ponto de provocarem abortos por meio de ervas amargas que conhecem e cuja propriedade abortiva é infalível. O extremo rigor de seus amos, os injustos castigos dos *mayorales* e *contramayorales* durante a gravidez, os trabalhos que delas exigem neste estado tão penoso, o abandono e descuido de suas crias (...) as animam a este ato de desespero e crueldade (...) as negras, em geral, tem pouco apego às suas crias, especialmente as solteiras (...) muitas vezes as deixariam perecer, se não fosse pelo castigo que se lhes aplica neste caso. Sua situação de miséria e servidão não deixa de contribuir muito para este abandono, e a repugnância natural de criá-las para vê-las escravos destinados a trabalhar toda a sua vida e contribuir para a fortuna de seu amo, a quem normalmente detestam, são também causas de sua apatia”. (Chateausalins 1831, pp. 59 e 90-91)

Vai no mesmo sentido o depoimento do nosso já conhecido Dr. John Collins, da colônia inglesa de St. Vincent: “Os abortos (...) resultam de as negras encararem a gravidez como um mal e os filhos como um estorvo. Assim, para evitar o primeiro e se livrar do outro, se esforçam para obter abortos espontâneos por meios violentos ou através de ervas medicinais que sabem ter poderes de expulsão. Sem nenhum consolo ou esperança, seus nove meses de tormento resultam na produção de um ser condenado, como ela mesma, aos rigores de uma servidão eterna, e que vai agravar, com sua demanda por cuidados maternos, o peso de seus próprios males”. (Collins 1803, pp. 156-57)

Quanto aos proprietários, existe abundante evidência, seja através de depoimentos contemporâneos qualificados ou de excelentes historiadores, de que os senhores de Saint Domingue, de Cuba, do Caribe Britânico e do Brasil, longe de quererem tentar uma produção doméstica de escravos, hostilizavam e desencorajavam abertamente ou, no mínimo, desamparavam e negligenciavam a gravidez de suas escravas.

Escrevendo em 1777, sobre Saint Domingue, Hilliard d’Auberteuil (que não era um *planteur*), preocupava-se com a não reprodução dos escravos, e tentava demover os colonos dessa postura, incitando-os a criar os negrinhos: “Devemos facilitar seus amores e receber com alegria as crianças que eles oferecem à colônia: os presentes da natureza são sempre preciosos. Mas os senhores vorazes não gostam de ver suas negras pejadas. Ficamos – dizem eles, privados de seu trabalho durante os últimos meses de sua gravidez, e só podemos obter delas serviços leves até o nascimento

da criança; os ganhos com as crias não são suficientes para compensar o tempo perdido”. (Auberteuil 1777, II, pp. 64-65).

O líder da ilustração reformista cubana e da modernização econômica da ilha, grande empresário, senhor de escravos, destacado autor e principal porta-voz da sucrocrazia cubana junto à Corte espanhola, Francisco de Arango y Parreño, também deixou muito clara, em 1811, a posição dos *hacendados* cubanos: “A escrava pejada e parida é inútil durante muitos meses, e durante este longo período de inatividade deve ser mais e melhor alimentada. Esta privação de trabalho e aumento do custo da mãe, sai do bolso do dono. Dele também saem os grandes, e na maioria das vezes inúteis, gastos com o próprio recém-nascido, e a isto se somam os riscos que correm as vidas da mãe e do filho. Tudo isso resulta num desembolso tão grande para o dono, que o escravo que nasce na casa terá custado, quando chega a trabalhar, mais do que aquele da mesma idade que se compra no mercado público. Daqui se infere que, da parte dos senhores não há, nem pode haver interesse em promover os partos de suas escravas”. (Parreño 1811, pp. 31-32).

Quatro décadas mais tarde, a atitude dos cubanos com relação à reprodução dos escravos não havia se alterado. O viajante escocês Robert Baird, que viveu por algum tempo na ilha e adquiriu familiaridade com seus fazendeiros, registrou que: “Qualquer pessoa que conheça Cuba e o modo brutal com o qual a grande massa de escravos rurais é tratada, rirá da idéia de sua população escrava ser auto-sustentável (...) a idéia de um sistema auto-sustentável parece estar completamente fora do cálculo dos cubanos (...) Enquanto o colono espanhol achar barato comprar os escravos (...) ele nunca irá criá-los. Esperar que ele faça isso é perda de tempo. É bem notório que a população escrava de Cuba é quase inteiramente sustentada por importações da costa da África (...) (...) Embora tenha procurado diligentemente, não consegui ter notícia de uma única propriedade onde o número de trabalhadores fosse sustentado por nascimentos dentro do próprio estabelecimento. Na verdade, a idéia de fazer a população escrava se auto-abastecer é a última coisa que parece entrar na cabeça de um cubano; e assim será enquanto (...) ele os puder comprar mais baratos do que pode criar”. (Baird 1850, pp. 17, 106-07, 118, 130)¹⁵.

O Dr. John Collins, era um proprietário que, ao contrário da maioria dos *West Indian absentee planters* ingleses, dirigira pessoalmente suas grandes plantations na ilha de Saint Vincent por mais de vinte anos. Era considerado um filósofo, extremamente liberal e entusiasta das políticas de *amelioration*. Em 1803, quando já havia a certeza da abolição do tráfico para as colônias inglesas, publicou um tratado sobre a administração dos cativos, no qual afirmava: “Já se disse que a facilidade para obter escravos por compra teve a má consequência de tornar os planters das Índias Ocidentais menos preocupados com seu aumento pela procriação do que teriam sido se tivessem sido dependentes somente do seu próprio plantel; e que era para eles uma questão de cálculo se não era mais barato comprar novos negros do que esperar por sua lenta geração, através de todos os estágios da gravidez e da infância, a um custo maior que seu valor, até chegarem a um grau de maturidade para o trabalho. No que tange a esta acusação, sei que não era inteiramente infundada, pois guardo uma viva lembrança de ter visto esse assunto sendo discutido em grupos nos quais eu estava presente, e preponderavam fortemente os argumentos a favor da modalidade da compra. É portanto mais que provável que a prática fosse regulada por esta convicção, e que nós fossemos menos ansiosos do que deveríamos ter sido pelo crescimento de nossos plantéis por meio da criação. Mas tenho a esperança de não termos merecido as censuras que nos foram imputadas, de havermos aplicado nossos esforços para impedir isso. Porém, qualquer que tenha sido a indiferença das pessoas com relação a isso, certamente não é mais assim, pois agora o interesse claramente coincide com o dever, e nos diz que é muito mais barato criar do que comprar, pois o preço dos

¹⁵ A informação sobre a permanência de Baird em Cuba e seu relacionamento com os planters vem de um book review de seu livro no jornal inglês *The Spectator*, 18th May 1850.

negros novos é três vezes maior do que era há quarenta anos atrás, e existe a possibilidade de sermos finalmente excluídos desta fonte de suprimento”. (Collins 1803, pp. 151-53)

Depoendo perante uma comissão de inquérito da Câmara dos Comuns em 1790, outro médico inglês, com experiência na Jamaica, foi perguntado “se geralmente o objetivo dos overseers era impor trabalhos moderados aos cativos e manter os plantéis pela reprodução, ou aumentar a produção, consumindo-os e confiando seu recrutamento ao mercado de escravos”. Ele respondeu, com boa dose de eufemismo, “que o segundo sistema era mais comumente adotado, principalmente, em minha opinião, porque os escravos importados já estavam prontos para o trabalho imediato, enquanto os escravos criados desde a infância eram sujeitos a muitos acidentes e não proporcionavam nenhum retorno por muitos anos”. (Sheridan 1981, p. 264)

Georg Freyreiss, naturalista alemão em viagem científica pelo Brasil, anotou em seu diário, em 1815, que “sabe-se por experiência que um escravo nascido no Brasil fica mais caro do que o importado da África, razão porque se impede por todos os meios que as escravas se casem, principalmente no litoral (...)”. (Freyreiss 1907, p. 222)

Ainda sobre o Brasil, o mineiro João Severiano Maciel da Costa, destacado magistrado, parlamentar e ministro, na colônia e no império, que logo depois se tornaria visconde e marquês de Queluz, escrevendo em 1820 sobre a necessidade de se abolir o tráfico, lamentou que “comete-se por toda parte o erro de não ter nas fabricas de escravos um numero proporcionado de escravas (...) é na verdade cegueira deplorável, que podendo os proprietários crear-se uma grande e bela população crioula, promovendo a propagação entre seus escravos, não só o não fação, *senão a embaracem!!* (...) desgraçadamente uma desmedida ambição dos interesses imediatos e prontos os cega, e não tomão por isso medidas sólidas e duradoiras”¹⁶. (Maciel da Costa 1821, p. 56)

Meio século depois da observação do Marquês de Queluz, Christiano Ottoni, em seu já mencionado parecer sobre a proposta de lei do Ventre Livre, também registrou a ojeriza dos senhores pela gravidez das escravas, explicitando a razão dessa rejeição. Sua observação deixa claro que no Brasil também prevalecia esta mentalidade, e que ela era generalizada, pelo menos até o final do tráfico atlântico: “É factó incontestado que, enquanto era baixo o preço dos escravos, raras crias vingavam nas fazendas. Viajava-se pelos municípios de Piraí, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, observando os eitos do serviço ... quase tudo africano. (...) Em todas as palestras entre fazendeiros se ouvia este cálculo: “Compra-se um negro por 300.000: colhe no ano 100 arrobas de café, que produzem liquido pelo menos o seu custo: daí em diante tudo é lucro: não vale a pena aturar as crias que só depois de 16 anos darão igual serviço”. E em consequência, as negras pejudadas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada: duras fadigas impediam em umas o regular desenvolvimento do feto, em outras minguavam a secreção do leite, em quase todas geravam o desmazelo pelo tratamento dos filhos, e daí as doenças e morte às pobres crianças. Quantos cresciam? não há estatísticas que o digam; mas (...) dos nascidos na escravidão não escapavam certamente mais de 5%. A alta dos preços, e, os estragos do cólera-morbus foram causa de salvar-se maior número, mas ainda hoje duvido que a proporção exceda de 30 %”¹⁷. (Ottoni 1871, pp. 66-68)

Em 1883, já senador, Ottoni voltou ao assunto, em discurso no Senado. Aqui é ainda mais explícito sobre o divisor de águas a que aludimos acima, representado pela abolição do tráfico internacional: “(...) como sabem os homens da minha idade e mais velhos, que observavam o que se passava entre

¹⁶ Os itálicos são meus, os pontos de exclamação são do autor.

¹⁷ Ottoni está se referindo à epidemia de cólera, principalmente ao surto de 1855-56, que causou grande mortandade em várias partes do país, vitimando proporcionalmente mais escravos e livres pobres do que pessoas de outras classes. Veja sobre isso: (Kodama 2012)

nós naquele tempo, e até 1850, enquanto foi fácil e barato o suprimento de braços da costa d'África, a mortalidade das crianças, filhos desses escravos, era enorme, de certo maior que 80 %. Aqui nas províncias do Sul, que produzem café em larga escala, era. doutrina corrente, poderia até dar testemunho pessoal em um inquérito a esse respeito: - o escravo de 18 ou 20 anos, comprado até 1850 por 300\$ ou pouco mais, empregado na cultura do café, podia colher em um ano 100 arrobas no valor líquido de 300\$, preço pelo qual tinha sido comprado. Ora, desde que por 300\$, ou pouco mais, podia-se ter um trabalhador nessas condições, ninguém se importava com a sorte das crias, que só no fim de 14 ou 16 anos poderiam fornecer igual serviço. Daí se seguia que a mortalidade era imensa; diminuindo consideravelmente depois de 1850, quando se começou a sentir a falta de braços, e diminuindo ainda mais depois da epidemia do cólera-morbus que vitimou a população escrava". (Ottoni 1883, pp. 22-23)

Os principais historiadores da escravidão moderna concordam e confirmam os depoimentos dos contemporâneos. Já vimos acima a posição de Fogel e Engerman sobre a questão. Vejamos a opinião de outros autores de primeira linha. Em sua clássica *History of Sugar*, Noel Deer sustenta que "a reprodução natural não era encorajada nas colônias açucareiras. Afirmava-se que era mais barato comprar do que criar, já que a criança era uma despesa durante seus primeiros doze anos de vida. Os senhores encaravam a gravidez de suas escravas como um aborrecimento dispendioso". (Deer 1949, II, p. 277)

Segundo Orlando Patterson, "até que o tráfico de escravos fosse seriamente ameaçado, os planters ingleses na Jamaica eram hostis em relação à ocorrência de gravidez entre suas escravas". (Patterson 1967, p. 105)

Philip Curtin também escreveu, em 1968, que "os planters (...) raramente adotavam uma política de estímulo a uma alta taxa de natalidade para produzir um plantel auto-sustentável (...) as taxas de natalidade eram baixas mesmo em proporção às escravas do sexo feminino – um reflexo de sua atitude comum de não encorajar a reprodução". (Curtin 1968, pp. 214-15).

Os obstáculos estruturais ao crescimento natural. Até agora discutimos apenas aspectos microeconômicos da ausência de crescimento natural. Vimos que a criação de escravos era um investimento arriscado e que os senhores a evitavam, em virtude de um cálculo econômico privado. Há entretanto outra dimensão fundamental, de natureza macro, nessa dinâmica demográfica perversa. Uma característica estrutural do sistema constituía-se num obstáculo intransponível para a reprodução interna das populações escravas – mesmo se os senhores quisessem reproduzi-los, não havia na América mulheres suficientes para isso. A razão dessa carência foi a forma peculiar que a escravidão adquiriu na era moderna.

Desde tempos imemoriais escravos foram usados como trabalhadores agrícolas, mineiros, domésticos, artesãos, professores, artistas, administradores, técnicos e gladiadores. Foram também soldados, esposas, concubinas, prostitutas, e tiveram uma infinidade de outras ocupações e papéis. Mas na expansão européia que se seguiu aos grandes descobrimentos, a instituição – já praticamente extinta na Europa Ocidental – foi ressuscitada com um caráter radicalmente distinto, e uma função específica, diferente das escravidões anteriores. A partir dessa época milhões de pessoas seriam escravizadas para servir *essencialmente* como trabalhadores braçais, na exploração comercial dos imensos recursos naturais que os europeus encontraram no Novo Mundo¹⁸.

¹⁸ Não estou afirmando que na escravidão moderna os escravos executaram apenas tarefas braçais. Sei perfeitamente que exerceram uma amplíssima gama de atividades, incluindo ofícios especializados e funções

Examinando a reinvenção do regime escravista no início da colonização européia, Wakefield concluiu que ela teve como única motivação a busca de trabalhadores para cultivar, “com constância e em combinação”, a imensidão de terras encontradas no Novo Mundo. A escravidão, disse ele, não deve ser atribuída “à maldade do coração humano”, pois suas causas “não são circunstâncias morais, mas econômicas – elas não têm relação com o vício nem com a virtude, mas com a produção”. (Wakefield, 1849, p. 322-23). “A escravidão não existe para satisfazer os corações de homens cruéis, mas para encher os bolsos daqueles que, sem ela, seriam pobres e insignificantes.” (Wakefield, 1829, p. 36).

“Embora os escravos tenham sido usados para muitas finalidades neste hemisfério – como, por exemplo, artesãos, músicos, concubinas, criados domésticos, subalternos, e escribas – sua função primordial foi servir como trabalhadores manuais empregados (...) na produção de artigos para o mercado, na produção para o lucro do senhor e da metrópole. Os escravos não eram primordialmente uma fonte de prestígio, de gratificação sexual¹⁹, de satisfação de impulsos sádicos, ou qualquer outra coisa que não fosse o lucro (...)”. (Mintz 1974, p. 47)

Portanto, o que os colonizadores da América queriam era mão de obra para os engenhos, as minas e a lavoura em geral. Não buscavam esposas ou concubinas, e nem mesmo reprodutoras, pois não queriam escravos futuros (e incertos), queriam trabalhadores já prontos, como vimos. Buscavam força física para trabalhos pesados, e por isso tinham forte preferência por jovens adultos do sexo masculino²⁰.

É claro que as mulheres eram indispensáveis para a reprodução dos trabalhadores, mas a escravidão americana não foi concebida como um sistema auto-sustentável. Seu desenho era estruturalmente baseado no suprimento externo de escravos. Seus construtores agiram sempre com o pressuposto de que o tráfico africano supriria todas as necessidades, duraria para sempre, e que não precisariam se preocupar em reproduzir localmente a força de trabalho. Por isso os sistemas escravistas americanos nunca importaram mulheres suficientes para gerar os trabalhadores necessários. Essas mulheres existiam, sim, e durante quase quatro séculos pariram os escravos demandados, mas moravam do outro lado do oceano. Enquanto persistiu o tráfico, ou seja, enquanto o departamento de produção de mercadorias pôde se comunicar livremente com o departamento de produção de trabalhadores, não houve nenhum interesse em trazê-las para cá. Isso era considerado desnecessário e antieconômico: como trabalhadoras elas eram menos produtivas e, além disso, mantendo-as na

gerenciais, na agricultura, na mineração, nos transportes, na indústria e no comércio. Mas a *imensa maioria* foi importada explícita e exclusivamente para os trabalhos braçais da agricultura e da mineração.

¹⁹ Em todas as sociedades escravistas, em todos os tempos, as mulheres cativas foram exploradas e abusadas sexualmente pelos senhores. Em todas abundam histórias picantes (fantasiosas ou verdadeiras), *a la* Gilberto Freyre, sobre as proezas sexuais da classe senhorial, a lascividade das escravas, ou lendas sobre os altos preços alcançados por sensuais “mulatas de partes” (como na fantasia erótica de Antonil). É claro que, nas Américas, o relacionamento sexual entre senhores e escravos foi frequente, como atesta a grande miscigenação verificada nessas populações, mas os escravos não eram comprados para a cama, e sim para o eito, o engenho e a lavra. Apesar das lorotas do lorde de Apipucos, o que os senhores de engenho gostavam mesmo era de homem, de preferência jovens e fortes. Chicas da Silva existiram, mas foram raridades no oceano de africanos e crioulos escravizados ao longo dos quatro séculos que durou o regime servil da era moderna. Como nos disse Wakefield, não foi a libido, mas sim a ambição do lucro que motivou a reinvenção da escravidão. Seu pecado não foi a luxúria, mas a cobiça.

²⁰ Não quero dizer com isso que as mulheres não faziam trabalhos pesados na escravidão americana. As escravas trabalharam nos engenhos de açúcar, nas lavouras de café e de algodão, e até mesmo na mineração subterrânea, porém nessas atividades intensivas em força física eram evidentemente menos produtivas que os homens.

África, todos os riscos e custos da produção de escravos (que mencionamos acima) seriam alocados para as sociedades africanas. Os empresários americanos podiam comprá-los na idade e no sexo desejados, prontos para entrar na produção.

Assim, os compradores americanos deram prioridade aos homens, distorcendo a razão de sexo dos contingentes importados, ao longo de toda a duração do tráfico atlântico. Nas últimas décadas do século XX, vários historiadores demonstraram que esse desequilíbrio foi amplificado pelas preferências dos mercados de escravos internos da África.

Miers e Kopytoff enfatizaram a diferença entre a escravidão existente nas sociedades africanas e a escravidão de africanos que se estabeleceu na América. A escravidão americana, e consequentemente o tráfico que a abasteceu, era muito mais voltada para a aquisição de trabalhadores do que a escravidão interna da África, na qual, além do recrutamento de força de trabalho, o regime servil atendia a outras importantes motivações sociais e políticas. Segundo eles, a disparidade entre os sexos gerada pela demanda das economias americanas (que importavam muito mais homens que mulheres) era reforçada pelas preferências dos mercados domésticos da África, onde as mulheres eram utilizadas não só como trabalhadoras, mas também em outras funções muito valorizadas como, por exemplo, as de esposas e concubinas, além de uma “multidão” de outros usos alternativos. (Miers e Kopytoff 1977, p. 72)

Na mesma linha, Philip Curtin observou que a grande predominância do sexo masculino no tráfico atlântico não se deveu apenas ao perfil da demanda americana, como tradicionalmente se afirmava, mas também a características da oferta africana. A forte demanda por mulheres nos mercados internos da África gerava sua retenção nesses mercados e limitava sua disponibilidade para exportação. (Curtin 1975, pp. 175-77)

Seja como for, os dois mercados tinham prioridades diferentes e isso se traduzia claramente nos preços relativos dos sexos, e nas proporções de homens e mulheres demandadas em cada um deles. Nas palavras do africanista Paul Lovejoy, “os africanos queriam mulheres e crianças. Assim, surgiu uma divisão natural (...) com os europeus comprando aproximadamente dois homens para cada mulher, e às vezes uma proporção maior de homens. O tráfico europeu era significativamente diferente do tráfico muçulmano através do Saara, Mar Vermelho e oceano Índico. Nas áreas interiores da África, atendidas pelo tráfico islâmico, havia forte preferência por mulheres e crianças. Os mercados africanos domésticos refletiam de maneira consistente essa preferência, e os preços das mulheres eram mais altos, atingindo frequentemente o dobro dos preços dos homens”. (Lovejoy 1983, pp. 62-63) Nos mercados americanos, consistentemente com a diferente motivação do regime escravista e dos usos dos escravos, ocorreu o inverso, durante toda a duração da escravidão, em todos os lugares.

O desequilíbrio de sexos no tráfico atlântico variou no tempo e no espaço, mas em toda parte ele é claramente visível. A Trans-Atlantic Slave Trade Database mostra que desde seus primórdios até o final, nos anos 1860, a porcentagem de homens entre os escravos desembarcados na América foi sempre maior que a de mulheres e apresentou tendência crescente. A partir de 1700 oscilou em torno de 66%, ou dois homens para cada mulher, com algumas variações, entre as quais destaca-se o período 1701-1750, com três homens por cada mulher nos Estados Unidos, e com mais de seis homens por cada mulher no Brasil na mesma época, que corresponde à fase de formação e ascensão da mineração em Minas Gerais. Números parciais, referentes a lugares ou períodos determinados, ou baseados em relatos de viajantes, cargas de navios ou mercados específicos, etc., apresentam às vezes disparidades muito maiores, mas os dados da *Slave Trade Database* são certamente muito

mais confiáveis como um retrato geral dos desequilíbrios de sexo nos três séculos e meio de comércio internacional de africanos.²¹

Porcentagens de escravos do sexo masculino no tráfico atlântico, por períodos e regiões de destino selecionadas ⁽¹⁾

Período	EUA	Caribe ⁽²⁾	Brasil	Médias ⁽³⁾
1502-1550		57,0		59,4
1551-1600		52,5		52,5
1601-1650			55,6	57,8
1651-1700	71,8	58,1		58,5
1701-1750	75,8	65,8	86,4	67,2
1751-1800	64,6	63,2	63,3	63,2
1801-1850	66,0	67,4	67,5	67,3
Médias ⁽⁴⁾	69,3	64,0	66,2	64,7

- (1) As regiões selecionadas compreendem 96% do total do tráfico. As células em branco significam dados não disponíveis.
- (2) Inclui todas as colônias inglesas, francesas, espanholas, holandesas, dinamarquesas e suecas
- (3) São as médias de cada período, para todos os destinos, e não apenas aqueles incluídos na tabela.
- (4) São as médias para toda a duração do tráfico, inclusive o período 1851-1864.

Fonte: www.slavevoyages.org. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*.

Os desequilíbrios do tráfico se transmitiram, inevitavelmente, às populações escravas, e tolheram o crescimento endógeno dessas populações, mas a reprodução natural negativa não pode ser atribuída apenas a esta causa. À distorção das razões de masculinidade somavam-se a aversão dos senhores pela procriação, e vários outros fatores, como altas taxas de morbidade, alta mortalidade geral, neonatal e infantil, precários cuidados com a saúde, alimentação insuficiente ou inadequada, más condições de moradia e saneamento, cargas excessivas de trabalho, acidentes, maus tratos, punições, etc., que também concorreram para criar condições de mortalidade cronicamente superiores à natalidade, gerando o declínio natural das populações. Todos esses fatores estiveram presentes em todas as sociedades escravistas do Caribe e da América do Sul, e contribuíram, em diferentes graus, para esse resultado.

Entretanto, mesmo não sendo o único responsável, a distorção demográfica estrutural – o grande excesso de homens, ou a escassez de mulheres – que caracterizou, com uma única exceção, as populações escravas da América é, sem dúvida alguma, a causa consensualmente apontada como o principal culpado pela ausência de crescimento natural. Esse diagnóstico é unânime e partilhado por todos que se ocupam do tema, sejam meros observadores, contemporâneos ou posteriores, agentes diretamente envolvidos e interessados no sistema (como proprietários, gestores ou autoridades governamentais), ou ainda abolicionistas e historiadores antigos ou atuais.

²¹ Para outros dados sobre isso veja, por exemplo, (Eltis 1987, pp. 256-57); Postma 1979, pp. 255-57); e (Eltis e Engerman 1993, pp. 308-23)

A tese tem amplo suporte empírico: de fato, nenhuma população cativa com um grande desequilíbrio entre os sexos apresentou crescimento natural positivo. A única que conseguiu reproduzir-se endogenamente de maneira consistente (Estados Unidos) e as poucas que *tenderam* para essa posição (algumas raras colônias inglesas do Caribe *anos depois de encerrado o tráfico*) já tinham superado *completamente* a desproporção entre homens e mulheres.

O motivo é simples: desde que o mundo é mundo, para produzir uma criança são necessários um homem e uma mulher. Para produzir muitas crianças, alguns homens podem ser suficientes, mas são necessárias muitas mulheres. O inverso – muitos homens e poucas mulheres – definitivamente não dá conta da tarefa. Para haver estabilidade ou crescimento, sobretudo em populações com alta mortalidade, é preciso que nasçam muitas crianças. Isso demandaria muitas mulheres, mesmo se essas mulheres fossem extremamente fecundas, o que absolutamente não era o caso. Essas razões são óbvias, e são partilhadas por todos, contemporâneos e historiadores, em todas as sociedades escravistas.

Sobre o Brasil, o barão de Eschwege escreveu, em 1833: “sempre dominou no país o mau vezo de não favorecer o matrimônio entre os escravos, a maioria dos agricultores e dos mineiros chegando mesmo a não tolerar sequer a presença de escravas em seus serviços, estabeleceu-se grande desproporção entre os dois sexos (...) Sem dúvida alguma, as escravas ainda vivas não podem procriar número de filhos suficiente para compensar a perda dos que morreram, e isto por dois motivos: a) seu número, em relação aos homens, é insuficiente; b) via de regra são pouco fecundas”. (Eschwege 1833, II, pp. 449-50)

Os missionários americanos Daniel Kidder (metodista) e James Fletcher (presbiteriano), citados em um artigo na *De Bow's Review*, em 1860, afirmavam que “o declínio da população escrava deste país pode ser atribuído a outras causas além do clima. A desigualdade dos sexos teve indubitavelmente seus efeitos fatais. Pode-se presumir que o casamento dificilmente seria um costume onde há apenas uma mulher para cada três homens. Este é, segundo me disseram, o caso entre os escravos do Brasil. Em tal situação uma raça não pode melhorar nem moralmente, nem numericamente. Kidder e Fletcher 1860, pp. 479-80)

Esse é também o diagnóstico dos historiadores Robert Slenes e Robert Conrad: “Na verdade, a principal razão pela qual as mortes superaram os nascimentos na primeira metade do século XIX foi provavelmente o desequilíbrio entre homens e mulheres. A imensa maioria dos africanos importados pelo Brasil eram homens (...) em consequência da intensa importação de africanos, esse desequilíbrio foi transferido para o conjunto da população (...) nestas circunstâncias, mesmo uma alta fertilidade intrínseca resultaria apenas em uma taxa de nascimento moderada ou baixa. (Slenes 1976, pp. 273-74) As estatísticas de população confirmam claramente a escassez relativa de mulheres, uma óbvia e importante causa do fracasso da população escrava brasileira em crescer, ou mesmo se manter estável. (Conrad 1986, p. 9)

Escrevendo sobre Cuba, em 1811, Arango y Parreño afirmou que “não há uma única fazenda nesta ilha que tenha os negros que deveria ter (...) Tampouco há uma única na qual as fêmeas correspondam ao número de machos; e direi mais, são pouquíssimas as que tem fêmeas, porque assim são nossas coisas e porque até recentemente manter os dois sexos juntos nos nossos prédios rurais, sem que isso fosse precedido pelo matrimônio, era mal visto por nossos moralistas, e não era pecaminoso condenar ao celibato perpétuo pessoas que tinham nascido e vivido em absoluta poligamia (...) Pode a espécie se multiplicar ali onde faltam mulheres?” (Parreño 1811, pp. 32-34 e 40-41).

O historiador Manuel Moreno Fraginals concorda que não, mas oferece uma explicação bem mais plausível: “O fato primordial sobre as condições dos engenhos é que a reprodução natural das equipes de escravos era impossível. Das várias limitações da vida sexual nos engenhos a principal era o grande desequilíbrio entre os sexos. Os produtores de açúcar importavam somente homens, muito poucos engenhos tinham mulheres, porque segundo a lógica dos hacendados do início do século XIX não fazia sentido comprá-las, pois eram animais de baixo rendimento. Ter muitas seria desastroso, já que sua produção não correspondia ao investimento feito, enquanto ter muito poucas fazia delas um foco de constantes conflitos entre os homens. (Fraginals 1964, p.142)

Edward Long, planter, advogado e historiador da Jamaica, escreveu em 1774, que “as mulheres não criam aqui como na África, porque, em resumo, os planters nunca tiveram o cuidado de ajustar o número de mulheres ao de homens; em algumas propriedades existem cinco homens para cada mulher. (Long 1774, II, pp. 435-36)

Ainda sobre o Caribe Britânico, os especialistas Lowell Ragatz e Richard Sheridan afirmaram, em 1928 e em 1975, que “uma característica fundamental do velho sistema de plantations foi o fracasso do desenvolvimento e manutenção de uma forte cepa de negros crioulos (...) Em termos gerais, os nascimentos eram notoriamente infrequentes e as mortes de crianças extraordinariamente altas. Quando a idade e a doença se faziam presentes, o suprimento de trabalhadores só podia ser mantido por meio da compra de braços. Isso se devia a uma variedade de causas. Para começar, havia uma infeliz desproporção entre os sexos; menos de um terço dos escravos importados eram mulheres. (Ragatz 1928, p. 34) Enquanto o custo dos escravos importados era baixo em relação ao custo de gerar e criar as crianças até a idade de trabalhar, os planters compravam mais homens do que mulheres. Daí se seguiram uniões sexuais instáveis, que por sua vez contribuíram para a baixa taxa de natalidade e a alta mortalidade infantil (...) o crescimento natural dependia da combinação do equilíbrio dos sexos, uma taxa de natalidade razoavelmente saudável, e uma taxa de mortalidade moderada. (Sheridan 1975, p. 290)

No outro extremo, temos o caso singular dos Estados Unidos, onde um precoce equilíbrio dos sexos na população escrava foi decisivo para possibilitar as altas taxas de crescimento natural ali verificadas: “[nos Estados Unidos] pode-se verificar um notável equilíbrio de gênero na população escrava. Em 1820, os homens superavam as mulheres ligeiramente, com 51,2 por cento do total. Entretanto, em 1840, a diferença entre os totais de homens e mulheres não passava de 0,1 por cento. Este equilíbrio contrasta com os regimes escravistas onde o tráfico africano permanecia aberto, nos quais tipicamente os homens superavam as mulheres por largas margens”. (Engerman, Sutch e Wright 2006).

O outro vilão apontado pela historiografia como obstáculo ao crescimento interno das populações escravas era a presença de um grande contingente de africanos nessas populações. De acordo com Curtin, “os africanos sofriam taxas de morbidade e de mortalidade mais altas do que os crioulos, e os escravos importados tinham uma razão de sexo desfavorável a uma alta taxa bruta de natalidade. Como tendência geral, quanto mais alta a proporção de africanos na população escrava, mais baixa seria sua taxa de crescimento natural – ou, como era mais frequentemente o caso, mais alta seria sua taxa de declínio natural. (Curtin 1969, p. 28)

Assim, nas sociedades escravistas que permaneciam engajadas no tráfico atlântico, as repetidas importações realimentavam constantemente o desequilíbrio entre os sexos, ajudando a deprimir ainda mais os já baixos índices de natalidade. Além disso, uma alta proporção de africanos favorecia o aumento da taxa média de mortalidade da população cativa, não só por sofrerem taxas de mortalidade significativamente mais altas do que os crioulos, mas também por serem portadores e reservatórios de agentes etiológicos de várias doenças originárias de seu continente.

As frequentes chegadas de africanos novos colocavam repetidamente em xeque a saúde dos plantéis, reiterando os riscos de contágio dos ladinos e dos crioulos, e as chances de instalação de doenças exóticas no território americano. Algumas delas, como as parasitoses, podiam não ser letais no curto prazo, mas assumiam formas crônicas altamente debilitantes, que abriam caminho para doenças oportunistas e, como não se conhecia seu tratamento, podiam elas próprias levar o doente à morte. A resistência às doenças parasitárias, como a outros tipos de enfermidades, é reduzida por dietas pobres ou insuficientes, como era o caso nas populações escravas. (Pessoa e Martins 1977, pp. 20-21)

Além da malária e da febre amarela, que são doenças sabidamente importadas da África, há consenso entre os especialistas de que a grande maioria das helmintoses e outras doenças parasitárias, como, por exemplo, a esquistossomose, a leishmaniose e a filariose, que hoje são endemias entre nós, também foram trazidas pelo tráfico de escravos. Até mesmo a ancilostomose, ou “amarelão”, tão familiar até alguns anos atrás como a doença símbolo do nosso jeca-tatu, é africana. Seu causador, o nematódeo *Necator americanus*, nada tem de americano, pois é africano da gema. A letal tripanosomiase africana, ou doença do sono, não foi capaz de migrar porque seu vetor, a mosca tsé-tsé, felizmente não conseguiu se estabelecer deste lado do Atlântico. Somente a doença de Chagas, ou tripanosomiase americana, seu agente, o *Trypanosoma cruzi*, e seus hospedeiros intermediários, os hemípteros conhecidos como barbeiros, são, com certeza, originários da América.²²

Kenneth Kiple afirmou que os africanos que vieram para a América como escravos podem ser considerados como membros de uma “elite imunológica, sobreviventes que eram em um dos mais formidáveis ambientes patogênicos do mundo”²³. (Kiple 1984, p. 12-13)

Essa afirmação é evidentemente exagerada, pois eles sofreram, ao longo de toda a escravidão moderna, taxas de mortalidade mais altas que as populações livres, e também superiores às dos escravos crioulos, que estavam submetidos, em princípio, às mesmas condições de vida e de trabalho.

É verdade que, graças ao seu relacionamento milenar com os muçulmanos, vários povos africanos tiveram uma longa exposição a algumas viroses e doenças bacterianas originárias da Eurásia, como difteria, varíola, sarampo, influenza, catapora e caxumba, e adquiriram boa resistência a elas. É também verdade que no seu habitat natural conviviam com as duas grandes febres africanas – a malária e a febre amarela – que ficaram famosas por serem grandes assassinas do homem branco nos dois lados do Atlântico, tendo assim a oportunidade de desenvolver relativa imunidade contra ambas²⁴.

²² O *Necator americanus* (hookworm) é sem dúvida de origem africana e foi trazido para a América pelo tráfico. A doença é descrita em papiros egípcios de 1600 A. C. (Palmer e Reeder 2001, II, p. 51). Sobre a não migração da doença do sono pela indisponibilidade do seu vetor, veja (Pessoa e Martins 1977, p. 15)

²³ O baiano Luiz Antônio de Oliveira Mendes, em sua memória sobre o tráfico, apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa em 1793, também afirmou que “os pretos que da África são transportados para o Brasil, escapando e resistindo a tantos contratemplos, inclemências e infortúnios, a que resistem, podem ser chamados homens de pedra, ou de ferro. Oliveira Mendes, entretanto, não estava se referindo a imunidades a doenças, mas à capacidade desses homens e mulheres de resistir às agruras das diversas etapas do processo de escravização. (Mendes 1812, pp. 3, 28 e 51)

²⁴ Essas duas doenças criaram um cinturão patogênico tão mortal na África subsaariana, que por mais de 400 anos os europeus não se atreveram a penetrar no seu interior, restringindo seu tráfico de escravos e de mercadorias às feitorias estabelecidas no litoral. Quando começou a colonização européia, os anofelinos, vetores da malária, já existiam no continente americano e, pouco depois, graças ao tráfico atlântico, diferentes espécies de *plasmidium* já estavam instalados no Novo Mundo. A febre amarela surgiu um pouco

Em virtude de sua boa resistência às doenças eurásianas trazidas pelos europeus (que dizimavam as populações ameríndias), e às doenças africanas, trazidas por eles próprios (que liquidavam os europeus), os africanos se qualificavam como os trabalhadores mais capazes – talvez os únicos realmente capazes *do ponto de vista imunológico* – para a colonização da América tropical e subtropical.²⁵

Mas certamente não eram super-homens imunes a tudo. Em primeiro lugar, suas defesas imunológicas não eram universais nem uniformes. Designações como “África” e “africanos” são obviamente muito genéricas, e englobam dezenas de etnias, nações e culturas diferentes, que viviam em regiões e habitats diversos e estavam sujeitas a diferentes ambientes de morbidade. Não haviam sido, portanto, uniformemente expostos, nem haviam desenvolvido imunidades uniformes às próprias patologias africanas²⁶. Da mesma forma, alguns povos viviam em grandes impérios e reinos, tinham contato antigo com rotas de comércio, com o mundo muçulmano e, através dele, com todo o Velho Mundo e suas doenças. Mas outros viviam em sociedades tribais e aldeias isoladas, sem nenhuma possibilidade de desenvolver um leque variado de imunidades contra as doenças de origem eurásiana.

Ao serem reunidos e misturados, seja nos pontos de embarque na costa africana, seja nos porões dos tumbeiros, todos eram expostos a um coquetel de vírus, bactérias, bacilos e parasitas, muitos dos quais eram inteiramente estranhos a seus organismos e seus sistemas imunológicos. Era comum os traficantes visitarem vários portos em diferentes lugares para completar suas cargas, e irem recolhendo escravos e doenças por onde passavam²⁷.

As barreiras para impedir a importação de doenças eram muito precárias nas várias sociedades escravistas. A prática da quarentena como protocolo para evitar a introdução de doenças por imigrantes e visitantes existiu pelo menos desde o século XIV quando, na Peste Negra, Veneza determinou que os navios permanecessem ancorados por quarenta dias antes de qualquer desembarque. No tráfico atlântico a quarentena não era desconhecida, mas era praticada de modo pouco sistemático e ineficaz. A medicina da época não era capaz de identificar muitas doenças, nem sua etiologia, nem seus mecanismos de contágio e transmissão. Moléstias incubadas, como a disenteria amebiana ou a boubá, doenças assintomáticas, e várias doenças parasitárias que viajavam escondidas nas tripas do doente, não eram sequer percebidas. Mesmo nos lugares onde havia sistemas de saúde pública mais avançados, como nos Estados Unidos, a quarentena não era uma política profilática geral, mas apenas uma medida *ad hoc*, quando se detectava a presença a bordo

mais tarde: seu *Flavivirus* pode ter chegado com os primeiros escravos, mas o culicídeo do gênero *Aedes*, hoje famoso em virtude da dengue, do chikungunya e do zika virus, e elo indispensável em seu ciclo urbano de transmissão, também teve de ser importado da África e demorou um pouco mais para se estabelecer. As duas doenças se endemizaram rapidamente nas regiões tropicais e subtropicais do continente, e logo estavam matando montes de europeus no sul da América do Norte, na América Central, no Caribe e na América do Sul.

²⁵ Esta afirmação nada tem a ver com raça, mas sim com imunidades adquiridas. A escravização dos africanos pelos europeus se deveu às diferenças de desenvolvimento tecnológico e de poder no momento em que foram colocados em contato pela expansão européia e colonização da América. Os primeiros escravos foram os nativos americanos, e os trabalhadores servis que os sucederam eram brancos europeus. Um interessante ensaio sobre porque, neste processo histórico, os escravos foram africanos, pode ser encontrado em (Eltis 2010)

²⁶ Veja, por exemplo (Kiple 1984, p. 138-39). A aquisição de imunidades às doenças parasitárias é muito complexa e varia de acordo com o parasita e diversas condições do indivíduo infectado ou infestado, mas é, em geral pouco prevalente. (Pessoa e Martins 1977, pp. 22-26)

²⁷ Sobre isso veja também Sheridan 1981, pp. 262-63.

de algum navio de alguma das poucas doenças infecciosas conhecidas, como cólera e febre amarela, ou aquelas com lesões externas evidentes, como a varíola ou a boubá. Em alguns lugares havia legislação regulando essas medidas, mas os traficantes mantinham lobbies para afrouxar seu rigor, e faziam de tudo para esconder os “defeitos” de suas cargas. Guaribavam de tal forma os africanos que muitas vezes nem mesmo os olhos treinados de compradores experientes eram capazes de detectar suas doenças. (Kiple 1984, p. 57; Collins 1803, pp. 56-57) Assim, os escravos que sobreviviam às terríveis condições da travessia e às novas contaminações nos depósitos, *barracões* e *slave pens* dos mercados do Rio de Janeiro, da Bahia, de Havana, de Kingston, ou de Charleston, levavam consigo um vasto carregamento de patógenos adquiridos na África e nas diversas etapas da escravização, para seus destinos finais.

O ambiente malsão das senzalas, dos *slave quarters*, das *slave villages*, dos *bohios* e dos *bateys*, era palco de trocas mortais: cada negro novo que chegava era recebido com festa pela variedade de viroses, tuberculose, pneumonia, disenterias bacterianas, sífilis, tétano, lepra, doenças venéreas, verminoses e doenças parasitárias já instaladas e, por seu lado, trazia consigo novas formas de morrer para seus companheiros de cativeiro. As diásporas africana e européia do início da era moderna não foram movimentos de pessoas apenas, foram também migrações sem precedentes de microrganismos e de doenças²⁸.

Assim, mesmo sendo titulares de um razoável rol de imunidades, os africanos entravam em um ambiente estranho ao pisarem o solo da América, e por isso sofriam taxas de mortalidade mais altas que os nativos. Além de encontrarem doenças para as quais não tinham imunidades²⁹, traziam da África doenças incubadas que levavam algum tempo para se manifestar, graves deficiências nutricionais e avitaminoses de diversos tipos, adquiridas desde o ventre de suas mães, e muitas vezes tinham de viver em condições de saneamento piores do que aquelas em que viviam na África.³⁰ (Kiple 1984, p. 145-46). E, é claro, não morriam só de doença; morriam também por cargas brutais de trabalho, maus tratos e alimentação insuficiente.

Entre as causas de morte dos africanos novos, vários contemporâneos e historiadores mencionam também um transtorno emocional, o banzo, ou nostalgia mortal, que os consumia. Luís Antônio de Oliveira Mendes descreveu a doença em uma memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa em 1793. O Dr. Collins, de St. Vincent, descreve, nas *Practical rules*, uma *despondency* que afetava os africanos recém-chegados, cujos sintomas são exatamente iguais aos do banzo, e a historiografia da escravidão cubana também relata transtornos semelhantes com os escravos africanos³¹. (Mendes 1793, p. 69) (Collins 1803, pp. 54-55)

²⁸ Sobre esse assunto veja, além do já citado livro de Kenneth Kiple, o clássico de Alfred W. Crosby. *Imperialismo Ecológico*; e o pioneiro artigo de Philip D. Curtin. “Epidemiology and the Slave Trade”.

²⁹ Entre as deficiências imunológicas dos africanos destaca-se sua pequena exposição e sua pequena resistência às infecções pulmonares, como tuberculose, pneumonia bacteriana e coqueluche, que matavam muita gente na África, e continuaram sendo grandes assassinas de africanos na América. Segundo Kiple eram também particularmente suscetíveis a contrair tétano e lepra. Essa última doença, cujas lesões eram às vezes confundidas com as da boubá, não era um mal específico da África, mas era tão prevalente entre os africanos na América que era considerada no Caribe como uma doença da raça negra. Nos Estados Unidos, Thomas Jefferson afirmou que a cor negra da pele dos escravos era causada por um tipo especial de lepra. Os africanos eram também vulneráveis a climas frios e baixas temperaturas. (Kiple 1984, p. 13, 21-22, 140-44); (Vidal 1999, p. 199).

³⁰ Sobre as condições sanitárias que os africanos enfrentavam na América veja também (Sheridan 1981, pp. 263-64).

³¹ Veja também (Oda 2008).

O diferencial de mortalidade entre africanos e crioulos foi observado em todos os sistemas escravistas. Entre os recém-chegados, a mortandade assumia proporções de verdadeiro genocídio, ombreando até mesmo com a atroz mortalidade da *middle passage*³².

Segundo Fogel e Engerman, a taxa de mortalidade dos africanos durante sua primeira década no território dos Estados Unidos era três vezes mais alta que a dos escravos nativos. (Fogel e Engerman 1974, II, p. 32)

Auberteuil afirma que, em Saint Domingue, um terço dos africanos morria “nos primeiros anos”, de escorbuto, febre pútrida ou extrema desnutrição (*étisie*). (Auberteuil 1777, II, p. 62).

O Dr. Collins relata que, num cálculo conservador, cerca de um quarto dos africanos chegados às Índias Ocidentais Britânicas morriam dentro de três ou quatro anos, devido a causas diversas, como doenças adquiridas na travessia, mudança de clima, alimentação, trabalho excessivo, punições e suicídios. Segundo ele, os negros recém-chegados eram extremamente frágeis, e seu livro tem um longo capítulo dedicado exclusivamente aos cuidados de que deveriam ser cercados durante o período de adaptação. (Collins 1803, cap. II, pp. 51-86)

Edward Long, em sua história da Jamaica afirma que acompanhou, “ao longo de vários anos, o destino de muitas centenas de negros novos, e afirma com segurança que a terça parte deles morreria no espaço de três anos depois de sua chegada”, vitimados apenas pela boubá (yaws). (Long 1774, II, p. 434).

Um depoimento de 1853, de Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, filho do famoso cafeicultor Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, relata a mortandade de africanos novos nos engenhos fluminenses nas primeiras décadas do século XIX: “os escravos novos, sem a necessária prática do trabalho e privados do tempo preciso para se refazerem de uma longa viagem, cheia de maus tratos, eram logo empregados no rude serviço da plantação e moagem das canas; e então esses entes infelizes definhavam e pereciam levando em suas mortalhas grande parte dos capitais e riquezas do agricultor. Senhores de engenho conhecemos nós que, comprando no princípio de uma safra 20 e 30 escravos, no fim dela apenas possuíam seis ou oito”. (Werneck 1854, pp. 276-77)

Estudando o tráfico para o Brasil, Joseph Miller afirma que, depois de sobreviverem a todas as etapas do processo de escravização (captura no interior da África, jornada até o litoral, estadia nos barracões dos traficantes, embarque, travessia do Atlântico, permanência nos depósitos dos mercados brasileiros e viagem ao destino final no interior), os africanos remanescentes ainda enfrentavam altíssimas taxas de mortalidade no período do *seasoning*, que durava quatro anos. Considerando individualmente cada uma das etapas desse processo, era nessa última que ocorria a maior mortalidade. Segundo esse autor, no primeiro ano de residência no Brasil, a taxa de mortalidade dos africanos era de 200 por mil (um em cada cinco); no segundo ano caía para 125 por mil, (um em cada oito indivíduos), só baixava de 100 por mil (um em cada 10) no terceiro ano, e só a partir do quinto ano se estabilizava em 30 por mil. (Miller 1988, pp. 438-41)

³² As taxas de mortalidade no tráfico atlântico (diferença entre embarcados na costa da África e desembarcados nos portos de destino na América divididos pelo número de embarcados) caíram com a passagem do tempo, devido principalmente à redução da duração da travessia, e são estimadas em 230 por mil entre 1500 e 1650; 160 por mil entre 1650 e 1750; e 127 por mil no século final, de 1750 a 1850. A taxa média, entre 1500 e 1850 é de 145 por mil, ou um óbito em cada 6,9 africanos embarcados. Taxas estimadas a partir dos dados da *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*.

Kenneth Kiple apresenta um survey das taxas de mortalidade e da duração do seasoning encontradas na literatura, e conclui que sua duração típica seria de cerca de três anos, com o máximo da mortalidade ocorrendo durante o primeiro ano na América. Segundo ele, esse pico de mortalidade seria devido à disenteria amebiana contraída na travessia, e que podia ter um período de incubação de vinte a noventa dias³³. (Kiple 1984, pp. 64-66).

O diferencial de mortalidade dos africanos ultrapassava o período crítico do seasoning, e continuava, atenuado, mas ainda muito grande, pelo resto de suas vidas. Usando estatísticas de várias colônias das Índias Ocidentais Britânicas, Barry Higman estimou que as taxas de mortalidade dos escravos africanos do sexo masculino variavam entre 32 e 70 por mil por ano, enquanto que as dos crioulos do mesmo sexo, variavam entre 10 e 34 por mil. Com respeito ao sexo feminino, as africanas apresentavam taxas entre 16 e 57 por mil, e as das crioulas se situavam entre 9 e 32 por mil. Essas diferenças tornam-se ainda mais significativas quando observamos que os dados se referem a anos posteriores a 1817, quando o tráfico já estava extinto há uma década, todos os africanos já eram adultos, todos já haviam superado há vários anos o período de seasoning, e já estavam em plena operação as políticas de amelioration. (Higman 1995, pp. 654-58).

Outra característica demográfica importante das populações escravas é o fato da taxa de mortalidade masculina ser substancialmente mais alta que a feminina. Assim como a sobremortalidade da migração, a sobremortalidade masculina também ocorre em todas as populações, em todas as épocas, mas no caso do tráfico e das populações escravas os diferenciais de ambas eram mais acentuados.

A sobremortalidade masculina ocorria independentemente de haver envolvimento recente com o tráfico. Kenneth Kiple observou que “os estudiosos da escravidão na região do Caribe comentaram sobre a capacidade das mulheres escravas de sobreviver aos homens por uma considerável margem. As razões de sexo nas ilhas demonstram isso dramaticamente. Embora tenha sido o destino de um tráfico que envolvia muito mais homens do que mulheres, Barbados, em 1817, agora privada desse fluxo, continha apenas 86 homens negros para cada 100 mulheres (...) Ainda mais surpreendente é a experiência demográfica da Jamaica, que usou o tráfico muito mais que Barbados nos últimos anos anteriores à sua abolição, e não obstante, em 1817 tinha uma razão de masculinidade de apenas 100, apesar de ter importado carregamentos muito mais pesadamente masculinos. (Kiple 1984, p. 149).

Em seu minucioso estudo sobre a população escrava jamaicana, Barry Higman constatou que “a mortalidade masculina era significativamente mais alta que a feminina, e que esse contraste entre os sexos aumentou ao longo do período 1817-32”, e também que “as diferenças na experiência de mortalidade de homens e mulheres se aplicam tanto aos africanos quanto aos crioulos”. (Higman 1995b, pp. 107-08) Num trabalho posterior muito mais abrangente, em um total de 101 observações referentes a dezoito colônias das Índias Ocidentais Britânicas em diferentes períodos, Higman encontrou apenas cinco casos (colônia/período) nos quais a mortalidade das escravas foi mais alta que a dos escravos. Nas outras noventa e seis observações a mortalidade masculina foi maior que a feminina, com diferenças que atingiam até 34 por mil por ano.³⁴

³³ Sobre as taxas de mortalidade no seasoning no Caribe Britânico, veja também (Sheridan 1981, pp. 263-64). Sobre a mortalidade dos africanos nos primeiros anos no Brasil, veja (Karasch 1987, p. 98), e (Conrad 1986, p. 17).

³⁴ O período das observações vai de 1817 a 1834, quando o tráfico já estava extinto há pelo menos dez anos, a taxa de africanidade já havia caído muito e todos os africanos já eram adultos. (Higman 1995, pp. 308-310).

As sobremortalidades dos homens e dos africanos tinham efeitos significativos sobre a composição das populações escravas. Um deles era gerar uma tendência inexorável para a *crioulização*, ou seja, para o aumento da porcentagem de crioulos na população, pois, por um lado, todos os escravos que nasciam eram, por definição, crioulos e, por outro, os africanos tinham taxas de mortalidade muito mais altas que os nativos. Na ausência do tráfico, o número de africanos caía rapidamente em termos absolutos, e a crioulização era muito acelerada. Esse processo podia ocorrer mesmo com importações consideráveis, e para manter uma alta taxa de africanidade era necessário que elas fossem muito volumosas e frequentes. Havia também, como observado acima, uma forte tendência para a convergência das razões de sexo, causada pelo excesso de mortalidade masculina. Se o tráfico fosse interrompido ou mesmo reduzido, a proporção de homens e mulheres tendia rapidamente para a igualdade, e logo para uma maioria de mulheres.

O caso da Jamaica, para o qual existem boas estatísticas, ilustra bem essas tendências. Em 1712, 89% dos escravos da colônia eram africanos. Entre 1711 e 1770 foram importados 435.398 africanos, ou 7.380 por ano, em média, mas apesar disso a taxa de africanidade caiu para 64% em 1772. Entre 1771 e 1807 foram importados mais 436.758 africanos (média anual de 12.132) mas no ano da abolição do tráfico a porcentagem de africanos era apenas 45%. A partir daí obviamente essa participação continuou caindo, até atingir 25% em 1832, às vésperas da abolição da escravidão. A razão de masculinidade da população se manteve entre 138 e 132 homens por 100 mulheres entre 1701 e 1772, e estava em 104 no ano final do tráfico, apesar das importações mencionadas, que continham mais homens do que mulheres. Dez anos depois do fim do tráfico, em 1817, havia caído para 100,3, e dois anos antes da abolição era igual a 94,5, indicando que as mulheres já eram maioria.³⁵

Da mesma forma que nenhuma população com grande desequilíbrio de sexo foi capaz de se reproduzir naturalmente, também nenhuma com alta taxa de africanidade conseguiu ter um crescimento natural positivo. Aqui, novamente, a única população que apresentou um crescimento endógeno sustentado, os Estados Unidos, tinha apenas 20% de africanos no momento final do tráfico, caindo de 12% até menos de 1% ao longo do período de rápido crescimento. A colônia inglesa de Barbados, cuja população começou a crescer endogenamente por volta de 1810, e obteve um incremento de 10% até a abolição da escravidão, já tinha uma proporção de africanos muito baixa desde antes da abolição do tráfico, em 1807. Em 1817, sua taxa de africanidade era de 7,1% e sua razão de sexo era de 84 homens por 100 mulheres, o que configura uma estrutura populacional bastante favorável ao longo do período de crescimento positivo. Esses foram os dois únicos sistemas escravistas da América que conseguiram um crescimento natural indiscutível.

Essa conjugação não é uma surpresa, nem uma coincidência, pois é fácil perceber que os dois vilões apontados – o desequilíbrio dos sexos e a taxa de africanidade – não são fenômenos independentes. São rigorosamente duas faces do mesmo processo, sendo ambas funções diretas das importações. A associação entre esses coeficientes e o tráfico é tão clara que podemos usá-la nas duas mãos: qualquer sistema fortemente engajado no comércio internacional de escravos apresenta altas razões de masculinidade e de africanidade e, inversamente, a manutenção de níveis altos destes indicadores é um indício seguro da ocorrência de importações relativamente recentes.

Os principais (embora não únicos) macrodeterminantes da dinâmica demográfica das populações escravas são, portanto, fortemente vinculados com o tráfico. A relação é simples: aqueles sistemas que foram forçados a interromper as importações assistiram ao progressivo nivelamento dos sexos e à crescente crioulização, criando uma estrutura populacional potencialmente mais favorável ao

³⁵ Fontes: 1712-1772: (Craton 1975, p. 248); 1807-1832: (Higman 1976, pp. 75-78); 1817-1832 (razão de sexo): (Higman. 1995, pp. 413-16); <http://www.slavevoyages.org>. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*

crescimento natural³⁶; quem permaneceu atrelado ao comércio negreiro perpetuou os obstáculos estruturais à reprodução.

O continuado engajamento no comércio transatlântico criou um círculo de ferro do qual nenhum sistema escravista foi capaz de se libertar por suas próprias forças. Mesmo na ausência de expansão da economia escravista, o desequilíbrio dos sexos e a alta proporção de africanos causariam a reprodução natural negativa, que por seu turno geraria a necessidade de novas importações, manteriam ou reforçariam a desproporção dos sexos e a taxa de africanidade, gerando mais declínio natural, demandando mais importações, e assim sucessivamente. Num contexto de crescimento da atividade econômica (e consequente aumento da demanda por trabalho), todas as engrenagens dessa circularidade seriam, *ceteris paribus*, turbinadas, reforçando a impossibilidade de crescimento endógeno do contingente escravo.

Esta cadeia circular de causalidade prevaleceu em todos os sistemas, grandes ou pequenos, da escravidão moderna, incluindo os Estados Unidos. A diferença observada nesse último foi simplesmente que, devido a peculiaridades de sua economia, a lógica do processo pôde ser invertida, criando uma espiral ascendente que possibilitou altíssimas taxas de crescimento natural da população escrava.

Assim, a intensidade da participação no tráfico, e a distância temporal desse envolvimento foram elementos decisivos para determinar as chances de crescimento natural em todos os sistemas escravistas.

Quando se viram (cada um em seu tempo específico) diante da iminência (ou do fato consumado) da interrupção do suprimento de africanos, os sistemas escravistas passaram a depender exclusivamente da reprodução interna de suas escravarias, e alguns tentaram adotar políticas *pronatalistas*. Como o nome indica, essas políticas visavam estimular os casamentos, os nascimentos e a sobrevivência dos cativos, seja através de melhor tratamento (*amelioration*), e medidas específicas para aumentar a natalidade, seja através de tentativas de corrigir, às pressas, os desequilíbrios seculares entre os sexos.

Não podemos neste espaço discutir em detalhe essas políticas nem seus resultados, mas apenas fazer um rápido esboço das medidas de *amelioration* e de *pronatalismo* onde elas aconteceram. Houve um marcado contraste nessas experiências. Os Estados Unidos e as Índias Ocidentais Britânicas extinguiram o tráfico e praticaram políticas *pronatalistas*, enquanto Cuba e o Brasil permaneceram aferrados a ele, apesar de todas as pressões, e nunca tentaram reproduzir endogenamente suas populações escravas.

Índias Ocidentais Britânicas. As Índias Ocidentais Britânicas (BWI) eram um conjunto de vinte colônias situadas na região do Caribe, a maior parte das quais eram produtoras de açúcar. Segundo Barry Higman elas podiam ser divididas, para fins de análise histórica e demográfica, em três grupos. O primeiro, constituído por Barbados, St. Kitts, Nevis, Antigua, Montserrat, Virgin Islands, e pela Jamaica, foi chamado de *old sugar colonies*, e foram adquiridas pela Inglaterra entre 1625 e 1672. O segundo, que Higman classificou como *new sugar colonies*, foi ocupado pelos ingleses entre 1763 e 1803, e era composto por Dominica, St. Vincent, Grenada, Tobago, Trinidad, e St. Lucia, além de Demerara, Essequibo e Berbice, mais tarde reunidas sob o nome de British Guyana. O terceiro grupo, denominado *marginal colonies* por não serem colônias açucareiras, incluía British

³⁶ Isso não significa que os sistemas que interromperam as importações tenham alcançado o crescimento natural positivo. Na maioria dos casos a abolição final da escravidão ocorreu antes que esse potencial pudesse ser realizado.

Honduras, Cayman Islands, Bahamas, Anguilla e Barbuda. Além da época de colonização britânica, essas colônias apresentavam grandes disparidades na sua extensão territorial (de 35 milhas quadradas em Anguilla, até 83 mil na Guyana) e na densidade de suas populações escravas (em 1834, Barbados era um formigueiro de cativos, com 501 indivíduos por milha quadrada, enquanto havia apenas um escravo por milha quadrada na Guyana). (Higman 1995).

As BWI foram grandes importadoras de africanos, tendo recebido, no seu conjunto, 2.318.350 escravos, dos quais 1.019.596 foram para a Jamaica e 493.162 foram entregues em Barbados, segundo as estimativas da Trans-Atlantic Slave Trade Database. No ranking geral do tráfico atlântico ficaram em segundo lugar, com 21,7%, atrás apenas do Brasil, que recebeu 45,5% do total.

Como foi visto acima, sua população escrava apresentava grande desequilíbrio entre os sexos, alta proporção de africanos, altas taxas de mortalidade geral e infantil, e baixas taxas de natalidade. Essas características geravam taxas negativas de crescimento natural e, como foi também registrado acima, seus senhores de escravos eram refratários à idéia de produzi-los domesticamente, desencorajavam esta prática, e eram totalmente dependentes do suprimento externo para a manutenção e expansão de seus plantéis.

Nas últimas décadas do século XVIII essa situação começou a sofrer drásticas transformações. O movimento antiescravista inglês criou a Society for the Abolition of the Slave Trade, e decidiu concentrar seus esforços na luta contra o comércio negreiro. Seus líderes acreditavam que se os planters das Índias Ocidentais fossem impedidos de continuar adquirindo trabalhadores na África, eles tratariam seus escravos mais humanamente, os estimulariam a casar-se e a ter filhos, cuidariam melhor dos doentes, proveriam alimentação e abrigo mais adequados, não os esmagariam com cargas opressivas de trabalho e nem os arruinariam com punições excessivas. Assim poderiam produzir localmente sua própria força de trabalho e não haveria mais necessidade de comprá-la na África, eliminando os horrores do tráfico e a mortandade da middle passage e do seasoning. Inicialmente os planters das Índias Ocidentais aliaram-se aos traficantes para resistir a qualquer tentativa de regulamentar ou restringir suas importações, mas em 1791, assustados com o ímpeto do movimento abolicionista resolveram mudar de tática. Usando essencialmente os mesmos argumentos de seus adversários, inverteram a “ordem dos fatores” e passaram a defender que as legislaturas coloniais adotassem políticas de bom tratamento. Com o tratamento mais humano, a população cativa poderia crescer por meios naturais e o tráfico passaria a ter um papel apenas suplementar até que a reprodução natural o tornasse totalmente desnecessário.

Esses acontecimentos geraram o que se chamou de política de *amelioration*. Do ponto de vista dos planters, essa política tinha, além de estimular o crescimento natural da população escrava, os objetivos de aumentar sua produtividade, reduzir conflitos e revoltas, e também aplacar a opinião pública crescentemente abolicionista, granjeando uma sobrevida para o tráfico e, num segundo momento, para o próprio regime escravista.

Segundo o nosso já conhecido Dr. Collins, médico e planter na ilha de St. Vincent, “como a *amelioration* do tratamento dos escravos foi muito anterior à discussão do assunto na Europa, não é incorreto supor que a reforma teve sua origem nas colônias, que foi espontânea e que resultou do progresso da mente humana”. (Collins 1803, pp. 24-25). De acordo com Higman, “as origens da política de pronatalismo podem ser encontradas no final do século XVIII, especialmente nas *old sugar colonies*, mas não há dúvida de que ela se tornou muito mais disseminada no período após 1807”. (Higman 1995, p. 348).

No tocante à *amelioration*, as propostas e as práticas foram muito variadas, uma vez que as colônias tinham diferentes costumes e condições econômicas, suas próprias assembleias legislativas e um

razoável grau de autonomia e *self-government*. Em geral, as medidas visavam ampliar direitos, como a proibição da separação de famílias, admissibilidade do testemunho dos escravos, proibição do açoitamento das mulheres e limitações dessa punição para os homens. Na área econômica, reconheciam o direito limitado à propriedade e à sua transmissão a herdeiros, concediam mais tempo para o cultivo de suas plantações, maior liberdade para comercializar seus produtos e proibição de trabalho aos domingos. Cuidou-se de melhorar a vida material dos cativos, e em alguns lugares foram criados padrões mínimos para sua alimentação e vestuário, além de incrementar os cuidados com a saúde, reduzir cargas de trabalho e outras medidas para prolongar a vida dos escravos, reduzir conflitos, evitar fugas e *marronage*.

Porém, com a vitória dos comandados de Wilberforce e a aprovação da proibição do tráfico, em 25 de março de 1807, os escravistas das BWI ficaram privados de sua fonte externa de trabalhadores e a reprodução natural dos escravos tornou-se uma questão de sobrevivência para as plantations caribenhas. Por isso, os proprietários e os governos coloniais começaram a adotar, ao lado de política de bom tratamento e redução da mortalidade, uma série de medidas especificamente pronatalistas, destinadas a incrementar a fertilidade das escravas.

Além de construir maternidades nas plantations e fornecer parteiras e cuidados médicos para as mães e crianças escravas, as práticas mais usadas para incentivar a procriação eram pagamentos em dinheiro e redução das cargas de trabalho para as mulheres que tivessem filhos. Higman relata que os incentivos em dinheiro já ocorriam em Barbados desde pelo menos 1786, e que existiram, com certeza, também na Jamaica, nas Leeward Islands e provavelmente na maioria das outras colônias, a partir do fim do século XVIII. Os pagamentos eram restritos às mães cujas crianças sobrevivessem pelo menos um mês, em virtude das altas taxas de mortalidade neonatal.

Também eram oferecidas reduções nas cargas de trabalho como incentivos à natalidade. Em Barbados as mulheres recebiam tarefas leves desde o início da gravidez, ganhavam um mês de resguardo após o parto, mais três meses de pouco trabalho, e jornadas reduzidas até que as crianças fossem desmamadas. Nas outras colônias havia privilégios semelhantes, embora às vezes fossem mais curtos. Apesar de não haver evidência segura de que fossem rigorosamente cumpridas, em alguns lugares essas práticas foram objeto de legislação. Além dessas vantagens temporárias, em algumas colônias, como Jamaica, Grenada, e Trinidad foram adotadas leis determinando que as escravas com um certo número de filhos ficassem permanentemente liberadas de trabalhos pesados.

Os senhores de escravos acreditavam que o casamento ou a “faithful cohabitation” favorecia a fertilidade, e estimulavam essas uniões, através de ajuda para construção da moradia do casal, lotes de terra, presentes de animais domésticos e dinheiro. O alojamento dos casais em habitações individuais, ao invés de senzalas ou outros arranjos coletivos, era a regra geral. Uma lei de 1798 prescrevia que os senhores deviam encorajar os escravos que atingissem a idade adulta a escolher parceiros, e dar a cada homem e mulher que vivessem juntos, pacífica e fielmente, como marido e esposa, um dólar por cada ano de vida conjugal.

Alguns governos coloniais tentaram estimular a fertilidade através de prêmios em dinheiro e concessões de honorárias aos donos e administradores das plantations. Em alguns lugares isso foi feito através de legislação. O código escravo jamaicano de 1792 estabelecia que nas propriedades onde houvesse crescimento natural os donos deveriam dar três dólares aos overseers por cada nascimento de escravo, e em Essequibo, Trinidad e Barbados, os governos locais ou associações de agricultores conferiam medalhas de ouro e prata para aqueles que conseguissem promover a reprodução. (Higman 1995, 349-54).

John Robert Ward afirmou que entre as medidas para aumentar a fertilidade das mulheres escravas, os senhores tentavam reduzir o tempo de aleitamento das crianças, através da coerção ou da oferta de prêmios em dinheiro. (Ward 1988, p. 177)

Nos vinte e sete anos transcorridos entre o fim do tráfico e a abolição da escravidão, a proporção entre os sexos se tornou, como esperado, favorável às mulheres (exceto nas novas colônias de Trinidad, Demerara-Essequibo e Berbice, que fizeram pesadas importações no apagar das luzes) (Higman, p. 116) e a taxa de africanidade caiu verticalmente. Mas isso não foi suficiente para gerar, até muitos anos depois de encerrado o tráfico, taxas positivas de crescimento natural.

Segundo J. R. Ward, especialista no período da *amelioration*, a mortalidade dos africanos caiu 40% e a dos crioulos se reduziu em 35% durante essa época, mas a política falhou completamente no objetivo de aumentar as taxas de fertilidade. As taxas de declínio populacional (crescimento natural negativo) se reduziram durante esse período, mas, exceto em Barbados, virtualmente toda essa diminuição foi devida à redução das taxas de mortalidade, e não ao aumento da fertilidade. (Ward 1988, pp. 132, 140, 186).

Nas colônias da Jamaica, Demerara-Essequibo, Antigua, Grenada, Berbice, St. Vincent, Trinidad e Tobago, as taxas de crescimento natural permaneceram fortemente negativas até a abolição final da escravidão. Em St. Kitts, Dominica e Nevis permaneceram negativas até vinte anos depois de encerrado o tráfico, tornando-se depois positivas, com taxas inferiores a 1% ao ano. Em St. Lucia permaneceu negativa até 15 anos depois do fim do tráfico, depois tornou-se positiva, em 0,2% ao ano. Nas Virgin Islands o crescimento natural era negativo até 10 anos depois de encerrado o tráfico, cinco anos mais tarde tornou-se positivo, a 0,2% ao ano. Em Montserrat, uma década após o fim do tráfico, a taxa oscilava em torno de zero, tornando-se positiva, a menos de 1%, dez anos depois. Nas Bahamas a taxa era positiva, em 1,3% dezesseis anos depois do fim do tráfico, crescendo para 2,5% logo antes da abolição. Em Barbados a população cativa começou a crescer logo após o fim do tráfico, por volta de 1810, com uma taxa muito moderada (0,48% ao ano) e no momento da abolição estava crescendo a 1,5% ao ano. As quatro colônias marginais, British Honduras, Cayman Islands, Anguilla e Barbuda, tinham populações escravas de apenas algumas centenas de indivíduos, pequenas demais para se identificar uma tendência demográfica.

Portanto, dentre as dezesseis colônias analisadas, em oito o crescimento manteve-se negativo até a abolição final; em seis ainda era negativo até pelo menos dez anos depois de encerrado o tráfico, crescendo depois a taxas ínfimas. Apenas duas, as Bahamas, a partir de dezesseis anos após o tráfico, e Barbados, logo após seu término, apresentaram taxas significativas de crescimento.

No conjunto, o sistema colonial britânico das Índias Ocidentais possuía 776.105 escravos quando foi interrompido o suprimento externo, em 1807, e quando a escravidão foi abolida, vinte e sete anos depois, esse número havia se reduzido para apenas 668.280, ou 86% do contingente inicial. Isso equivale a uma taxa anual de *declínio* igual a 0,55%. (Higman 1995, pp. 308-310)

Estados Unidos. Os Estados Unidos foram a grande exceção na história demográfica da escravidão moderna. Sua participação no tráfico atlântico foi muito pequena, já que importaram apenas cerca de 389 mil africanos (3,6% do total). Antes mesmo de sua abolição, em 1808, sua população escrava já vinha crescendo endogenamente. Em 1820, quando o censo começou a incluir esta informação, os sexos da população escrava já eram inteiramente equilibrados, e assim permaneceram até a emancipação final. A taxa de africanidade era, nesse ano, de apenas 12%, e caiu até atingir menos de 1% em 1860. Nesse ano, a imensa maioria dos escravos dos Estados Unidos era constituída por americanos de segunda, terceira, quarta e quinta geração. (Fogel e Engerman 1974, pp. 23-24) A economia escravista norte-americana era a mais rica dentre todos os

sistemas escravistas do século XIX, o que possibilitou que seus escravos tivessem condições materiais de vida (alimentação e saúde) nitidamente superiores às dos escravos de qualquer outro país ou colônia. Essa conjugação de fatores permitiu que a população escrava triplicasse, passando de 1.358.692 em 1820, a 3.953.760 em 1860, com uma taxa de crescimento, exclusivamente natural e sustentado, de 2,4% ao ano. (U. S. Bureau of the Census 1960). Além dessa confluência favorável de características econômicas e demográficas, os escravistas americanos adotaram intensas práticas pronatalistas, embora não houvesse políticas públicas ou legislação nesse sentido.

Os casamentos e uniões estáveis eram fortemente estimulados com prêmios em dinheiro e presentes. A maternidade era incentivada através de redução da carga de trabalho e cuidados especiais durante a gravidez e a lactação. As crianças pequenas eram cuidadas em creches enquanto as mães trabalhavam no campo. Os partos eram assistidos por médicos ou parteiras, havia maternidades nos hospitais das grandes plantations. As escravas que produzissem grande número de filhos podiam ser recompensadas com a dispensa permanente do trabalho de campo.

A taxa de mortalidade materna em 1850 era menor entre as escravas do que entre as mulheres brancas do Sul. A mortalidade infantil dos escravos era equivalente à das crianças brancas do Sul, e muito inferior à dos outros sistemas escravistas do hemisfério ocidental. A fertilidade das escravas americanas era muito mais alta que a das cativas do Caribe ou do Brasil, e equiparava-se à das mulheres brancas dos Estados Unidos, sendo ambas próximas ao máximo biológico de 50 a 55 por mil³⁷. (Fogel e Engerman 1974, pp. 122-23, 127-28); (Kiple 1988); (Engerman 2015, p. 116).

Cuba. A revolta dos escravos, iniciada em 1789, provocou o colapso do sistema econômico de Saint Domingue, abrindo uma enorme lacuna na produção mundial de açúcar. Quem melhor se aproveitou desta oportunidade foi Cuba, que intensificou uma onda de crescimento iniciada pouco antes, transformou-a em uma verdadeira revolução plantacionista, e chegou, em poucas décadas, ao topo daquele mercado. Apesar de quase todo esse processo ter transcorrido já dentro de um contexto de relativa estigmatização e de repressão ao tráfico atlântico, a forte demanda por trabalhadores dele resultante fez da ilha um dos maiores importadores de escravos no século XIX. Entre 1801 e 1866, Cuba foi o destino de mais de 710 mil africanos (21% do volume total do tráfico neste período), atrás apenas do Brasil. Como os demais sistemas escravistas, especialmente aqueles em rápida expansão, importou muito mais homens do que mulheres, sofrendo o ônus demográfico desta opção, e mantendo-se totalmente dependente do suprimento externo. Diante da montante pressão inglesa e da morte sempre anunciada do tráfico, a metrópole espanhola ensaiou, em várias ocasiões, baixar leis, regulamentos e propostas visando a equalização dos sexos, a melhoria do tratamento, o estímulo aos casamentos, e outras medidas que pudessem promover o crescimento natural da população escrava e tornar a colônia menos subordinada ao tráfico internacional. Mas, como observaram vários comentaristas contemporâneos, enquanto pudesse comprar mão de obra servil em fontes externas, a última coisa que entraria na cabeça de um cubano seria a idéia de produzir seus próprios escravos. Cuba vivia um processo de rápido crescimento e enriquecimento, a sacarocracia tinha pressa, e não queria saber de chocar escravos que, se vingassem, só estariam prontos daí a quinze anos. Os hacendados reagiram violentamente a essas *cedulas e reglamentos*, que consideravam ingerências inaceitáveis nos seus negócios e no seu domínio senhorial, ou simplesmente as desconhecaram, fazendo delas letra morta. De acordo com o tratado anglo-hispânico de 23 de setembro de 1817, o tráfico de escravos para os domínios espanhóis tornou-se ilegal a partir de 30 de maio de 1820, mas os cubanos optaram por enfrentar as pressões inglesas, e continuar importando africanos. Apesar deste e de outros acordos internacionais e leis anti-tráfico

³⁷ Estas taxas espetaculares remetem necessariamente ao perene debate sobre o *slave breeding*, ou criação deliberada de escravos, com interferências sistemáticas nas relações sexuais e conjugais dos cativos, mas não há possibilidade de discutirmos isso aqui.

que se seguiram, os senhores do açúcar e as autoridades coloniais, foram capazes de desenvolver, com a complacência (ou talvez com o apoio) do estado espanhol enfraquecido, um eficiente sistema de evasões, artifícios e corrupções que lhes permitiu estender o tráfico de contrabando por mais de quarenta anos, até a segunda metade da década de 1860. Pelo menos 70% dos 778 mil africanos importados desembarcaram em Cuba quando o tráfico já era ilegal. Os escravistas cubanos nunca tiveram a mais remota intenção de cumprir os acordos internacionais da Espanha, e muito menos de tentar promover a reprodução doméstica de sua força de trabalho. Foram o último sistema escravista da América a interromper o infame comércio³⁸.

Os cubanos permaneceram de tal forma dependentes de fontes externas de trabalho, que quando perceberam que o contrabando de africanos tinha seus dias contados, mergulharam de cabeça no novo tráfico de *coolies* asiáticos sob o regime de indenture que se desenvolvera depois da emancipação dos escravos nas colônias inglesas, no qual já tinham feito alguns ensaios no final dos 40. Entre 1847 e 1873, Cuba importou 121.810 chineses para trabalhar nos engenhos, nas minas de cobre e na construção de ferrovias. Quando a escravidão foi abolida, em 1886, Cuba havia passado pela experiência, incomum, da coexistência, durante quatro décadas, de dois diferentes sistemas de trabalho compulsório – a escravidão negra e a servidão sob contrato dos chineses. Muitos contemporâneos e muitos historiadores consideram a diferença meramente formal, pois o regime a que estavam submetidos os chineses era igual, ou talvez pior, do que a escravidão³⁹.

Brasil. O Brasil foi o maior cliente do comércio negreiro em todos os tempos, e importou, entre 1500 e 1852, mais de 4.800 mil africanos (45,5% do total do tráfico), mais do que o dobro do segundo colocado, que foram as Índias Ocidentais Britânicas, com 2.318 mil.

Durante todo o período colonial a questão da reprodução natural dos escravos nunca foi levantada, e nem precisaria ter sido, pois o tráfico atlântico estava francamente aberto, e o Brasil pôde importar, entre 1500 e 1822, 3.696 mil escravos (42% do volume total no período). A única preocupação da metrópole lusa com relação ao suprimento de trabalho para a sua colônia americana era reduzir a mortandade dos carregamentos e coletar os polpudos direitos e lucros do tráfico negreiro, do qual era o grande beneficiário.

Quando a corte portuguesa se instalou no Brasil, a Inglaterra já havia abolido o seu tráfico e já pressionava as outras metrópoles para fazerem o mesmo. Conseguiu arrancar da coroa portuguesa diversos tratados e acordos anti-tráfico, em 1810, 1815 e 1817, mas Portugal foi capaz de esquivar-se de todas as suas consequências, e seguir sendo tanto o maior importador quanto o maior transportador do tráfico internacional. O suprimento de escravos para o Brasil não sofreu nenhum stress e ninguém jamais cogitou de propor qualquer política de fomento à criação de escravos. Nos catorze anos da época joanina, de 1808 a 1821, foram importados 610.709 africanos, que representaram 75% de todo o volume do tráfico atlântico do período. (Martins 2016 b). Diferentemente de Cuba ou das colônias do Caribe Britânico, não há, na incipiente literatura socioeconômica luso-brasileira da época, mesmo em textos que tratam da escravidão, quase nenhuma referência à reprodução da população cativa.

Os escritos produzidos pelos ilustrados do final do século XVIII e início do XIX, como José da Silva Lisboa, seu irmão Baltazar, Azeredo Coutinho, Luís dos Santos Vilhena, ou Luiz Antônio de Oliveira Mendes, prescrevem, às vezes, melhorias no tratamento dos escravos, como melhor

³⁸ Sobre o tráfico e as políticas pronatalistas em Cuba veja (Martins 2016).

³⁹ Sobre o tráfico de *coolies* chineses para Cuba, sua condição de transporte, de trabalho e de vida, veja (Yun 2008).

alimentação, moderação nos castigos, etc., mas seu foco é invariavelmente o aumento da eficiência produtiva, o controle e disciplinamento da força de trabalho, e ainda torná-los mais “duráveis” – nunca a multiplicação da população cativa. Mesmo quando recomendam que se promovam os casamentos dos escravos, seu objetivo explícito é torná-los mais dóceis, menos turbulentos e menos propensos a fugas e rebeliões. A posição típica é a de José da Silva Lisboa (Cairu) que preconiza a formação de famílias escravas, como um “excelente meio de lhes suavizar o jugo, e os ter com resignação sujeitos ao domínio, em razão da mulher e filhos, seus caros penhores, que os retém e consolam”. Oliveira Mendes tangencia a questão da reprodução, quando comenta, em passant, que, “entregando” a escravatura a casamentos ela poderá se multiplicar, mas não há nenhuma recomendação sobre estímulos ao equilíbrio dos sexos, à gravidez das escravas, a cuidados com os partos ou com as crianças nascidas. (Lisboa 1781, p. 105); (Mendes 1790, p. 92).

Mesmo depois da independência, quando o tráfico já se encontrava sob forte pressão ou já era ilegal, poucas foram as vozes que defenderam, mesmo debilmente, a idéia de promover a criação de escravos. Em sua festejada (e esquizofrênica) *Representação à Assembléia Constituinte sobre a escravatura*, que veio à luz em 1825, José Bonifácio de Andrada propõe um incentivo tributário à importação de mulheres para favorecer os casamentos, redução da carga de trabalho para as escravas grávidas e com crias, e a obrigação dos senhores de grandes plantéis de casar pelo menos dois terços de seus escravos⁴⁰. (Andrada 1825, pp. 27 e 31-32)

Pouco tempo antes, em seu opúsculo sobre a extinção do tráfico, o futuro marquês de Queluz, propôs que, para “remediar a falta de braços que ela pode ocasionar”, se poupasse os escravos, tratando-os melhor, que se cuidasse de equilibrar os sexos, e se promovesse seu casamento. Mas não parecia colocar muita fé nessas medidas, pois também propôs reprimir a vadiagem dos livres pobres, criar casas de correção, tributar as alforrias, obrigar os índios ao trabalho e atrair trabalhadores europeus. (Maciel da Costa 1821, pp. 52-76)

A proposta pronatalista mais elaborada ocorreu em 1834, quando alguns ainda acreditavam que a lei de 7 de novembro de 1831 era para valer. Em seu *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, Miguel Calmon do Pin e Almeida, futuro marquês de Abrantes, intelectual brilhante (que foi durante muitos anos presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional) escreveu que “o recurso do recrutamento africano acabou e, por mais que alguns o desejem, o tráfico não voltará. Que meio pois resta? Um só; o de promover a conservação da vida dos escravos atuais, e a sua reprodução”. Para isso sugeriu uma série de medidas de bom tratamento, promoção de casamentos, redução de trabalho para as grávidas, cuidados com os partos, o aleitamento, a alimentação das crianças, e outras. Mas, como sabemos, Calmon não tinha razão numa coisa: o tráfico voltou, muito mais forte do que antes, e varreu qualquer bem-intencionada idéia de amelioration ou pronatalismo. (Calmon 1834, pp. 59-61)

O *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, surgiu em 1839, quando o tráfico já havia retornado a todo vapor. Talvez por isso, suas recomendações sobre as “relações dos dois sexos” dos escravos sejam sumárias e nem de longe configurem uma proposta pronatalista. O autor acreditava que os senhores não tinham o direito de obrigar os escravos a produzirem filhos e que bastaria “não contrariar a natureza que convida os sexos a se reunirem”. Recomenda apenas que se estabeleça na fazenda uma disciplina razoável, que se equipare “mais ou menos o número dos machos ao das fêmeas” e que “casadas ou solteiras, as pretas prenhes devem ser tratadas com mimo

⁴⁰ Chamo o projeto do patriarca de esquizofrênico porque ele propõe, simultaneamente, promover a emancipação gradual, e adotar medidas para multiplicar os escravos. Andrada diz ainda (p. 26) que na sua proposta aproveitou a legislação dos espanhóis e, curiosamente, a dos dinamarqueses, que era um dos códigos negros mais cruéis da escravidão moderna. Veja (Hall 1977)

e aplicadas a um trabalho moderado. O parto e amamentação merecem as competentes atenções” (Taunay 1839)

Nenhum dos autores mencionados era um agricultor profissional, que comandasse uma grande fazenda ou um grande plantel de escravos. A primeira pessoa com essas qualificações que escreveu sobre a administração dos escravos foi Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão do Patí do Alferes e importante cafeicultor, que publicou sua *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, em 1847. O Bill Aberdeen estava em vigor e o tráfico vivia seus últimos estertores. Werneck se preocupava com a conservação de seus escravos, com sua alimentação, e até recomendava que as fazendas tivessem um cirurgião assistente (coisa comum nas grandes plantations do Caribe e dos Estados Unidos, mas ainda muito rara no Brasil). Mas não deu nenhuma atenção à idéia de promover a reprodução do plantel. Tudo que diz sobre isso é “não mandeis a preta que estiver criando à roça por espaço de um ano, ocupai-a em serviço de casa, como lavar roupa, escolher café e outros objetos. Quando ela tiver seu filho criado irá então, deixando o pequeno entregue a uma outra que deve ser a ama-seca de todos, para os lavar, mudar a roupa, e dar-lhe a sua comida”. (Werneck 1847, pp. 62-64)

Alguns anos depois, com o tráfico já efetivamente extinto, o filho do barão, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, defendeu em uma publicação de 1855, que era vital que se cuidasse da reprodução da escravaria. Nos Estados Unidos, dizia ele, “a procriação dos escravos é objeto de sérios cuidados, e fornece ao trabalho um poderoso recurso”. Os agricultores brasileiros “deviam promover por todos os meios a propagação dos escravos, uma vez que esses meios sejam de acordo com a moral e com a religião”. Mas afirmou que a propagação no Brasil se encontrava em estado de total abandono, ou seja, não se praticava. (Werneck 1855, pp. 197-202)

Estas propostas, apesar de poucas e esporádicas, poderiam dar a falsa impressão de uma densidade que esse assunto não teve no pensamento brasileiro sobre escravidão, tráfico e política de braços. Nunca houve no Brasil, na imprensa, no parlamento, ou em qualquer outro ambiente, nenhum debate envolvendo a reprodução dos escravos.

A única proposta legislativa de que tenho notícia sobre esse assunto, ocorreu nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, quando, na sessão de 18 de março de 1822, antes portanto da independência, o representante baiano Domingos Borges de Barros (escritor, diplomata, senhor de engenho e depois visconde da Pedra Branca) apresentou um confuso projeto de decreto sobre tráfico, emancipação e colonização européia. Seu último artigo rezava que “os senhores deverão animar, e favorecer o casamento entre seus escravos. A escrava casada, que apresentar seis filhos vivos, terá carta de alforria (...)”. Segundo Marquese, Parron e Berbel, o projeto não chegou sequer a entrar em discussão. (Barros 1822, pp. 538-42); (Marquese, Parron e Berbel, a sair, p. 116).

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) foi fundada em 1827, quando o tráfico já tinha data marcada para acabar, em virtude da Convenção Anglo-Brasileira de 1826. Tinha o objetivo de modernizar a agricultura e estimular o desenvolvimento da indústria e congregou centenas de membros da intelligentsia, principalmente econômica, do Império, recrutados em várias províncias. Sua revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, começou a ser publicada em 1833, e durante várias décadas teve como pauta principal o problema da falta de braços. Uma varredura completa das dezenas de artigos e debates publicados sobre o tema mostra que a SAIN e os articulistas eram favoráveis ao fim do tráfico, e alguns até mesmo à emancipação dos escravos. Suas propostas variaram com o tempo e incluíram diversos projetos de colonização, imigração de europeus, colônias “parciárias” ou de “parceiragem”, sistemas de indenture, leis de vagabundagem para obrigar os “vadios” a trabalhar nas fazendas, e sobretudo a introdução de arados, charruas e outros equipamentos poupadores de mão de obra na lavoura e no processamento da cana e do café.

Nos anos posteriores à lei Eusébio de Queiroz, a revista estampou acirradas polêmicas sobre a importação de coolies asiáticos, ou a “imigração de chins”, como se falava na época. Mas não encontrei uma única proposta de pronatalismo ou qualquer outra forma de estímulo à reprodução natural dos escravos. (O Auxiliador 1833-1896).

Enquanto essas discussões rolavam nas esferas intelectuais da corte, os interessados diretos na questão já tinham tomado suas próprias providências para enfrentar a “falta de braços”. Logo que o Brasil se separou de Portugal, a Inglaterra começou a pressionar o governo do jovem império para ratificar os tratados celebrados com a antiga metrópole, colocando a extinção do tráfico negreiro como condição para o reconhecimento da independência. Assim obteve a assinatura da Convenção de 23 de novembro de 1826 e a aprovação da lei de 7 de novembro de 1831, que declaravam esse comércio ilegal e tipificavam sua prática como um ato de pirataria.

A reação dos senhores de escravos foi rápida, mobilizando câmaras municipais e depois as assembleias provinciais, principalmente em Minas e no Rio de Janeiro, pelo repúdio do tratado e a anulação da lei. Isso não foi conseguido, mas os escravistas brasileiros, a exemplo de seus colegas cubanos, simplesmente ignoraram as proibições e embarcaram, também com a complacência e a conivência dos governos central e provinciais, em um tráfico de contrabando que durou duas décadas. Ninguém cogitou da reprodução natural para resolver a falta de braços. No período do tráfico ilegal (depois de terminada a carência da convenção de 1826) os brasileiros importaram mais de 796 mil africanos, ou dois terços de todos os importados pelo Brasil independente.

Nem mesmo quanto o tráfico foi finalmente encerrado, em 1850, sob a mira dos canhões da Royal Navy, foi tentada uma solução pronatalista. As províncias da região Sudeste, que estava em forte expansão econômica, passaram a importar escravos do Nordeste, cuja economia se encontrava estagnada e onde, em face da situação de recursos já virtualmente fechados, a transição para o trabalho livre já estava em andamento. Os senhores de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, também drenaram a escravaria das áreas urbanas, principalmente da Corte, e de outras atividades para o setor cafeeiro. Segundo minhas estimativas, entre 1854 e 1872, o Norte e o Nordeste perderam 116 mil escravos, enquanto o Sudeste ganhou 119 mil. Robert Slenes calculou que entre 1850 e 1872, o Sudeste importou 110 mil cativos. (Slenes 1976, pp. 136-38).

Assim, mesmo depois que surgiram ameaças ao suprimento externo, ou mesmo depois que o tráfico africano foi efetivamente interrompido, os senhores brasileiros nunca precisaram nem cogitaram de estimular a reprodução natural de seus plantéis. As recorrentes referências ao sucesso dos jesuítas na criação de escravos – único exemplo que aparece nos textos brasileiros sobre esse assunto – não é senão a exceção que comprova a regra.

Abril de 2016

Referências

- (Andrada 1825) *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura, por José Bonifácio d'Andrada e Silva, deputado à dita Assembléia pela Província de S. Paulo*. Paris: Na Typographia de Firmin Didot, Impressor d'El Rei, 1825.
- (Antonil 1711) João Antônio Andreoni (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. (Edição original 1711).
- (Arquivo Nacional de Cuba, 1870) Cuadro General de la Población de la Isla de Cuba correspondiente al año de 1869, clasificado por razas, condiciones y estado civil formado para cumplimentar la Orden de S. A. el Regente del Reyno fecha 4 de Febrero de 1870. Archivo Nacional de Cuba: Fondo no clasificado, Habana, marzo 29 de 1870
- (Arriaga 1968) Eduardo E. Arriaga. New Life Tables for Latin American Populations in the Nineteenth and Twentieth Centuries. *Population Monograph Series*, No. 3, University of California, Berkeley, 1968.
- (Auberteuil 1777) Michel René Hilliard d'Auberteuil. *Considérations sur l'État Présent de la Colonie Française de Saint-Domingue. Ouvrage Politique et Législatif présentée au Ministre de la Marine par Mr. H. D.L. A.* Paris: Chez Granger Imprimeur-Libraire, 1777, tome second, pp. 62-63.
- (Baird 1850) Robert Baird, A. M. *Impressions and Experiences of the West Indies and North America in 1849*. Philadelphia: Lea & Blanchard, 1850.
- (Barros 1822) Projeto de decreto do Sr. Borges de Barros. Sessão de 18 de março de 1822. *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa 1821-1822*.
- (Cairnes 1862) John Elliot Cairnes. *The Slave Power: Its Character, Career and Probable Designs*. New York: Negro Universities Press, 1969. (Edição original 1862).
- (Calmon 1834) Miguel Calmon du Pin e Almeida. *Ensaio sobre o Fabrico do Açúcar*. Edição fac-similar. Salvador: Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 2002. (Edição original 1834).
- (Chateausalins 1831) *El Vademecum de los Hacendados Cubanos, ó Guia Practica para curar la mayor parte de las enfermedades, por Honorato Bernard de Chateausalins. Obra adecuada a la zona tórrida y muy util para aliviar los males de los esclavos*. Havana: Imprenta de Manuel Soller, 1854. (Primeira edição Nova Iorque, 1831).
- (Collins 1803) [Dr. Collins]. *Practical Rules for the Management and Medical Treatment of the Negro Slaves in the Sugar Colonies by a Professional Planter*. London: Vernor and Hood, 1803.
- (Conrad 1986) Robert Edgar Conrad, *World of Sorrow. The African Slave Trade to Brazil*. Baton Rouge and London: Louisiana State University Press, 1986.
- (Corsini e Viazzo 1993) Carlo A. Corsini e Pier Paolo Viazzo. *The Decline of Infant Mortality in Europe. Four National Case Studies*. Unicef e Instituto degli Innocenti di Firenze, 1993.
- (Craton 1975) Michael Craton. "Jamaican Slavery". In: Stanley L. Engerman and Eugene D. Genovese (eds.) *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- (Crosby 1993) Alfred W. Crosby. *Imperialismo Ecológico. A Expansão Biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- (Curtin 1968) Philip D. Curtin. "Epidemiology and the Slave Trade". *Political Science Quarterly* 83(2) (june 1968).
- (Curtin 1969) Philip D. Curtin. *The Atlantic Slave Trade. A Census*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1969.
- (Curtin 1975) Philip D. Curtin. *Economic change in pre-colonial Africa: Senegambia in the era of the slave trade*. Madison: University of Wisconsin Press, 1975.
- (Deer 1949) Noel Deer. *The History of Sugar*. 2 vols. London: Chapman and Hall, 1949-50.
- (Elizabeth 1972) Léo Elizabeth, "The French Antilles". In: David W. Cohen and Jack P. Greene (eds.), *Neither Slave nor Free. The Freedmen of African descent in the slave societies of the New World*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1972.
- (Eltis 1987) David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford University Press, 1987.
- (Eltis 2010) David Eltis. A Brief Overview of the Trans-Atlantic Slave Trade. In: www.slavevoyages.org. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, 2010.
- (Eltis e Engerman 1993) David Eltis e Stanley L. Engerman. "Fluctuations in sex and age ratios in the transatlantic slave trade, 1663-1864". *Economic History Review*, 46:2, pp. 308-323.
- (Engerman 2015) Stanley L. Engerman. "40 years of slavery studies". *História econômica & história de empresas*, vol. 18 n. 1, 2015.
- (Engerman, Sutch e Wright 2006) Stanley L. Engerman, Richard Sutch, and Gavin Wright. "Slavery". In: Susan B. Carter, Scott S. Gartner, Michael Haines, Alan Olmstead, Richard Sutch, and Gavin Wright, eds., *Historical Statistics of the United States, Millennial Edition*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- (Eschwege 1833) W. L. von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*. 2 vols. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. (Edição original 1833).
- (Evans 1962) Robert Evans Jr., "The Economics of American Negro Slavery, 1830-1860". In: Universities-National Bureau Committee for Economic Research. *Aspects of Labor Economics*. Princeton: Princeton University Press, 1962.
- (Falci e Almeida 2004) Miridan Britto Falci e Ana Maria Leal de Almeida. *Relatório Final do Projeto de Pesquisa Saúde, Doenças e Morte dos Escravos: Vassouras, século XIX*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2004.
- (Fogel 1991) Robert William Fogel. *Without Consent or Contract. The Rise and Fall of American Slavery*. New York and London: W. W. Norton and Co., 1991.
- (Fogel e Engerman 1974) Robert William Fogel e Stanley L. Engerman. *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*. Boston e Toronto: Little, Brown and Company, 1974.
- (Fraginals 1964) Manuel Moreno Fraginals. *The Sugarmill: The Socioeconomic Complex of Sugar in Cuba, 1760-1860*. New York and London: Monthly Review Press, 1976 (Edição original 1964).
- (Freyreiss 1907) G. W. Freyreiss. Viagem ao Interior do Brasil nos annos 1814-1815. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. vol. XI (1906). São Paulo, 1907.
- (Hall 1971) Gwendolyn Midlo Hall. *Social Control in Slave Plantation Societies. A Comparison of St. Domingue and Cuba*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1971, p. 144;

- (Hall 1977) Neville Hall. "Slave Laws of the Danish Virgin Islands in the Later Eighteenth Century". In: Vera Rubin e Arthur Tuden (eds.) *Comparative Perspectives on Slavery in the New World Plantation Societies. Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 292, 1977, pp. 197-211.
- (Higman 1976) *Slave Population and Economy in Jamaica 1807-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- (Higman 1995) B. W. Higman. *Slave Populations of the British Caribbean, 1807-1834*. Kingston: The Press University of the West Indies, 1995.
- (Higman 1995b) Barry W. Higman. *Slave Population and Economy in Jamaica 1807-1834*. 2ª edição. Kingston: The Press University of the West Indies, 1995.
- (Humboldt 1826) Alexandre de Humboldt. *Essai Politique sur l'Ile de Cuba*. Paris: Librairie de Gide Fils, 1826.
- (Karasch 1987) Mary C. Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton U. Press, 1987.
- (Kidder e Fletcher 1860) In: "Slavery in Brazil – The Past and Future". *De Bow's Review and Industrial Resources, Statistics, etc.* vol. 28 (January-June 1860).
- (Kiple 1984) Kenneth F. Kiple. *The Caribbean Slave. A Biological History*. Cambridge and London: Cambridge University Press, 1984.
- (Kiple 1988) Kenneth F. Kiple. "Fertility". In: Randall M. Miller and John David Smith. *Dictionary of Afro-american slavery*. Westport: Greenwood Press, 1988 (posição 3725)
- (Klein e Luna 2010) Herbert S. Klein e Francisco Vidal Luna. *Slavery in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- (Kodama 2012) Kaori Kodama et al. "Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, p. 59-79.
- (Lisboa 1781) Carta de José da Silva Lisboa a Domingos Vandelli (1781). In: E. Vilhena de Moraes (org.) *Perfil de Cairu*. Rio de Janeiro: Publicações do Arquivo Nacional, vol. XLII, 1958.
- (Long 1774) Edward Long. *The History of Jamaica or, General Survey of the Antient and Modern State of that Island*. London: T. Lowndes, 1774.
- (Lovejoy 1983) Paul Lovejoy. *Transformations in Slavery. A History of Slavery in Africa*. Cambridge, London and New York: Cambridge University Press, 1983.
- (Maciel da Costa 1821) *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil; sobre o modo e as condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*. Por João Severiano Maciel da Costa, do Conselho de Sua Magestade, natural da Cidade Mariana em Minas Gerais. Oferecida aos Brasileiros seus Compatriotas. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1821.
- (Marcílio 1974) Maria Luiza Marcílio. "Evolução da População Brasileira através dos Censos até 1872". *Anais de História de Assis* 6 (1974).
- (Marquese, Parron e Berbel, a sair) Rafael Marquese, Tâmis Parron e Márcia Berbel. *Slavery and Politics. Brazil and Cuba, 1790-1850*, a sair pela University of New Mexico Press.

- (Martins 2015) Roberto Borges Martins. “Se Deus quiser, semana que vem... ou na outra...” – Terra, trabalho e liberdade. Apresentado no Congresso da ABPHE, Vitória, 2015.
- (Martins 2016 b) Roberto Borges Martins. “A legislação escravista e os códigos negreiros portugueses”. Apresentado ao XVII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2016.
- (Martins 2016) Roberto Borges Martins. “Códigos negros e políticas pronatalistas em Cuba colonial”. Apresentado ao XVII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2016.
- (Mello 1977) Pedro Carvalho de Mello. *The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850-1888*. Ph. D. dissertation, University of Chicago, 1977.
- (Mello 1983) Pedro Carvalho de Mello. “Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX”. *Estudos Econômicos* (São Paulo) 13 (1) 1983.
- (Mendes 1790) Luiz Antônio de Oliveira Mendes. Discurso Preliminar, Histórico, Introdutivo com Natureza de Descrição Econômica da Comarca e Cidade de Salvador (c. 1790). In: Pinto de Aguiar (org.) *Aspectos da Economia Colonial*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- (Mendes 1793) Luís Antônio de Oliveira Mendes. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre Costa d’África e o Brasil*. [1793]. Bahia: P55 Edições, 2013.
- (Mendes 1812) Luiz Antônio de Oliveira Mendes. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, vol. IV, 1812.
- (Miers e Kopytoff 1977) Suzanne Miers e Igor Kopytoff. *Slavery in Africa. Historical and Anthropological Perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.
- (Mill 1850) John Stuart Mill. “The Negro Question”. *Fraser's Magazine for Town and Country*, vol. XLI, London, 1850.
- (Miller 1988) Joseph C. Miller. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.
- (Mintz 1974) Sidney Mintz. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1974.
- (O Auxiliador 1833-1896) Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 1833-1896*.
- (Oda 2008) Ana Maria Galdini Raimundo Oda. “Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. vol. 11 (4). São Paulo 2008.
- (Oliveira Viana 1922) Francisco José Oliveira Viana. Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. In: Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil 1920*, v.1, Introdução. Rio de Janeiro, 1922.
- (Ottoni 1871) Christiano Benedicto Ottoni. *A Emancipação dos Escravos. Parecer de C. B. Ottoni*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871.
- (Ottoni 1883) Christiano Benedicto Ottoni. *Emancipação dos Escravos. Discurso proferido no Senado por C. B. Ottoni*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. (Sessão de 30 de junho de 1883).
- (Palmer e Reeder 2001) Philip E. S. Palmer and Maurice M. Reeder. *The Imaging of Tropical Diseases. with Epidemiological, Pathological and Clinical Correlation*. Berlin: Springer Verlag, 2001.

- (Parreño 1811) Francisco de Arango y Parreño. “Representación que por encargo del Ayuntamiento, Consulado y Sociedad patriótica de la Habana, hizo con este motivo el alférez mayor de aquella ciudad D. Francisco de Arango y Parreño y se elevó á las Cortes por los expresados cuerpos”. *Documentos de que hasta ahora se compone el expediente que principiaron las Cortes Extraordinarias sobre el trafico y esclavitud de los negros*. Madrid: Imprenta de Repulles, 1814.
- (Patterson 1967) Orlando Patterson. *The sociology of slavery: an analysis of the origins, development and structure of Negro slave society in Jamaica*. London: MacGibbon & Kee, 1967.
- (Pessoa e Martins 1977) Samuel B. Pessoa e Amilcar Vianna Martins. *Parasitologia Médica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 10ª edição, 1977.
- (Phillips 1918) Ulrich Bonnell Phillips. *American Negro Slavery. A Survey of the Supply, Employment and Control of Negro Labor as Determined by the Plantation Regime*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1969. (Edição original 1918).
- (Postma 1979) Johannes Postma. “Mortality in the Dutch Slave Trade, 1675-1795”. In: Henry A. Gemery and Jan S. Hogendorn (eds.) *The Uncommon Market. Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*. New York: Academic Press, 1979.
- (Ragatz 1928) Lowell Joseph Ragatz. *The Fall of the Planter Class in the British Caribbean, 1763-1833*. New York: Octagon Books, 1977. (Edição original 1928)
- (Ransom e Sutch 1977) Roger L. Ransom e Richard Sutch. *One Kind of Freedom. The economic consequences of emancipation*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1977.
- (Real Sociedad s.d.) *Memorias de la Real Sociedad Economica de la Habana*. Cuadro 22. Habana, s.d.
- (Sheridan 1975) Richard B. Sheridan. “Mortality and the Medical Treatment of Slaves in the British West Indies”. In: Stanley L. Engerman and Eugene D. Genovese (eds.) *Race and Slavery in the western Hemisphere. Quantitative Studies*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- (Sheridan 1981) Richard B. Sheridan. “Slave Demography in the British West Indies and the Abolition of the Slave Trade”. In: David Eltis and JamesWalvin (eds.). *The Abolition of the Atlantic Slave Trade. Origins and effects in Europe, Africa and the Americas*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1981.
- (Slenes 1976) Robert W. Slenes. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Ph. D. dissertation, Stanford University, 1976. Ann Arbor: University Microfilms International, 1978.
- (Souza e Silva 1870) “Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje”. *Memória anexa ao Relatório do Ministério do Império de 1870* (Paulino José Soares de Souza).
- (Taunay 1839) Carlos Augusto Taunay. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Edição organizada por Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Edição original: Rio de Janeiro 1839).
- (U.S. Bureau of the Census 1960) *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1957*. Washington: Government Printing Office, 1960.
- (Vidal 1999) Gore Vidal. *Burr*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- (Wakefield 1829) Edward Gibbon Wakefield. *A Letter from Sydney, the Principal Town of Australasia*. Edited by Robert Gouger. Together with an Outline of a System of Colonization

[1829] London: Joseph Cross, Simpkin & Marshall and Effingham Wilson, 1829, rep.: San Bernardino: Ulan Press, 2015.

(Wakefield 1849) Edward Gibbon Wakefield. *A View of the Art of Colonization, with present reference to the British Empire* [1849]. London: John W. Parker, 1849, rep.: New York: Augustus M. Kelley, 1969.

(Ward 1988) J. R. Ward. *British West Indian Slavery. The Process of Amelioration, 1750-1834*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1988.

(Werneck 1847) Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (Barão do Patí do Alferes). *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Brasília e Rio de Janeiro: Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985 (Edição original 1847).

(Werneck 1854) Manoel Peixoto de Lacerda Werneck. “O café na provincia do Rio de Janeiro”. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Nova série, vol. II, no. 9, março 1854.

(Werneck 1855) Luiz Peixoto de Lacerda Werneck. *Idéias sobre sobre colonização precedidas de uma succinta exposição dos princípios gerais que regem a população*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855. Citado por Eduardo Silva. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Brasília: INL, 1984.

(Williams 1970) Eric Williams. *From Columbus to Castro. The History of the Caribbean, 1492-1969*. New York: Harper and Row, 1973 (First edition 1970).

(Yun 2008) Lisa Yun. *The Coolie Speaks. Chinese Indentured Laborers and African Slaves in Cuba*. Philadelphia: Temple U. Press, 2008.

www.slavevoyages.org. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. 2010